

Sargentos das F. A. reúnem-se em Plenário

NO PRESENTE, a 1.ª sessão plenária das F. A. reúnem-se em Plenário...

Humphrey em Lisboa

O GOVERNADOR de Chipre, Sir Humphrey Sneyd, chegou a Lisboa...

PPD legaliza-se na quarta-feira

O PARTIDO Popular Democrático (PPD) vai legalizar-se...

Vitor Alves no "EXPRESSO"

VITOR ALVES, antigo chefe de gabinete de António de Spínola...

Ernâni Lopes, embaixador em Bona

O GOVERNADOR da Região Autónoma da Madeira, Ernâni Lopes...

Advogados solidários com Estelvo de Jesus

UM GRUPO de advogados portugueses solidariza-se com Estelvo de Jesus...

Seguradoras subscrevem 350 000 contos de Títulos do Tesouro

AS SEGURADORAS de seguros em Portugal subscreveram 350 000 contos...

Novos Directores-Gerais no MAI

O MAI nomeou novos Directores-Gerais para os departamentos de...

Acordo aéreo luso-romeno

PORTUGAL e Romênia chegaram a um acordo aéreo...

Primeiro comunicado oficial das Conversações do Algarve

O GOVERNO português divulgou o primeiro comunicado oficial...

Corpo de catedráticos aumentado

O GOVERNO do Conselho de Estado aprovou o aumento do corpo de catedráticos...

Lei sindical: O Conselho dos 20 favorável à unicidade?

UMA nova proposta de lei sindical, apresentada ao Conselho dos 20...

...a unicidade das organizações sindicais...

Lei de Imprensa: Dois aspectos entram a aprovação

DOIS aspectos da Lei de Imprensa entram a aprovação...

Alterações legislativas

A Assembleia de Parlamentares aprovou alterações legislativas...

Espanha: que se passa entre os militares? Pág. 7

Nos bastidores do late Apollo. O MFA e o futuro. Duas opiniões opostas: Eduardo Lourenço e José António Saraiva. Pág. 20

Os 100 anos de Socialismo em Portugal Pág. 12 e 13



Independência de Angola em clima de 24 horas por dia

ANGOLA, em clima de 24 horas por dia, prepara-se para a independência...

...a situação política em Angola...

Advertisement for Audemars Piguet watches, featuring a close-up of a watch face and the brand name.



Sargentos das F. A. reunem-se em Plenário

NO PRÓXIMO dia 13, pelas 10 horas, realiza-se na Base Aérea n.º 1 (Central), o Plenário Nacional de Sargentos da Força Aérea, com a participação de delegados de todas as unidades da Metrópole, da Zona Aérea dos Açores e das Regiões Aéreas de Angola e Moçambique.

No plenário, que terá a assistência do Chefe de Estado Maior General da Força Aérea, General Mendes Dias, do sub-chefe do Estado Maior General da Força Aérea para o pessoal, Brigadeiro Ferreira Valente e do director do serviço de instrução, Brigadeiro Lemos Ferreira, serão discutidos assuntos gerais da classe de sargentos e também o processo de reclassificação.

Humphrey em Lisboa

UMA DELEGAÇÃO de Congressistas americanos estará em Portugal, de 29 a 31 de Janeiro. Na delegação, que é presidida por Daniel Inoué, democrata no Hawaii, que fez parte da Comissão Watergate, integrar-se-ão provavelmente entre outros o senador Hubert Humphrey, ex-candidato à Presidência da República e o congressista Diggs, que seguirá para os territórios em descolonização.

Em seguida, chega no próximo dia 17 o novo Embaixador dos EUA em Portugal, Carlucci, e já chegou no dia 8 o novo Conselheiro daquela embaixada, Okun.

PPD legaliza-se na quarta-feira

O PARTIDO Popular Democrático legalizará a sua existência como partido na próxima 4.ª feira, pelas 10 horas da manhã no Supremo Tribunal da Justiça.

Estarão presentes o Secretário Geral Francisco Sá Carneiro, todos os membros da Comissão Política, e o Presidente da Comissão de Fiscalização, Nuno Rodrigues dos Santos.

Vitor Alves no "EXPRESSO"

ESTEVE ontem no EXPRESSO, onde acompanhou o processamento de fecho, composição e impressão do jornal (na Miraflores) o Ministro sem Pasta Vitor Alves, que superintende no departamento da Comunicação Social.

Ernâni Lopes, embaixador em Bona

O MINISTERIO dos Negócios Estrangeiros pediu já a Bona "agrément" para a nomeação como Embaixador de Portugal, do dr. Ernâni Rodrigues Lopes, professor do Instituto Superior de Economia, director do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal e membro destacado do PPD.

Advogados solidários com Etelvino de Jesus

UM NUMEROSO grupo de advogados democratas, justamente preocupados com a situação prisional e o estado de saúde do militante anti-fascista Etelvino de Jesus em greve da fome desde o passado dia 17 de Dezembro, vai solicitar audiência ao brigadeiro Otício Saraiva de Carvalho.

Seguradoras subscrevem 350 000 contos de Títulos do Tesouro

AS COMPANHIAS de seguros acordaram na compra de 700 mil títulos do Tesouro para a Reconstrução Nacional — (350 000 contos) — só durante o mês de Janeiro.

Por seu lado, e conforme já anunciado, a Banca dispõe-se a subscrever um milhão de contos daqueles títulos.

Entretanto ao nível do público a subscrição tem tido bastante sucesso, sendo de realçar que a aquisição das obrigações se tem feito na maioria dos casos contra dinheiro, o que faz prever que sejam as célebres poupanças retidas "entre colchões" que irão reentrar no circuito monetário.

EXPRESSO, ontem ao fim da tarde em contacto com várias Bancas, apurou que a média de títulos comprados por pessoa era de cerca de 70, tendo-se verificado, em casos excepcionais, compras de 3000 títulos por uma única entidade.

Tudo faz crer que o objectivo do Governo em fazer aparecer os 20 milhões de contos que se encontravam "escondidos", será um êxito sendo total pelo menos relativo.

Novos Directores-Gerais no MAI

OS DRS. Henrique Granadeiro e Figueiredo Lopes, são respectivamente, os novos Directores Gerais da Acção Regional e da Organização e Métodos do Ministério da Administração Interna.

Acordo aéreo luso-romeno

PREVÊ-SE a chegada na próxima terça-feira a Lisboa duma delegação romena que discutirá com as autoridades portuguesas o estabelecimento de um acordo aéreo entre os dois países.

Segundo se crê, o mesmo acordo vai materializar-se numa ponte aérea regular entre a Roménia e Portugal, efectuada com base nas unidades da companhia "Tarom" daquele país, e à semelhança de idêntico acordo estabelecido recentemente com a U. R. S. S. Sabe-se ainda que as carreiras da "Aerflot" para Portugal terão início no próximo mês de Abril.

Primeiro comunicado oficial das Conversações do Algarve

ÀS 0.15 DE HOJE foi lido o primeiro comunicado oficial relativo à carreira do Algarve. Não continha promessas de impedição, limitando-se, apenas, a dizer que as conversações prosseguem a vários níveis, num ambiente de franca troca de impressões.

O dr. Teófilo da Mota, director-geral da Informação, que leu o comunicado, acrescentou que eram desituidos de fundamento os rumores que esta tarde corriam no hotel onde se encontram hospedados a maioria dos jornalistas, de que teriam surgido dificuldades neste primeiro dia de conversações.

Corpo de catedráticos saneado

DOIS MEMBROS do Conselho de Estado (prof.^{as} Magalhães Côrteiz e dr. Freitas do Amaral) foram saneados das suas funções docentes na Faculdade de Direito da Lisboa, no decurso de Reunião Geral de Alunos realizada, ontem à noite, num antecessor dispendioso e superior. As razões que fundamentaram tal decisão estudantil, que abrangia a totalidade dos catedráticos e professores extraordinários e agregados, tal como alguns assistentes, são expostas na página 5 deste número do EXPRESSO.

CARLOS Augusto de

Independência de Angola em clima de 24 horas por dia

AMBIENTE ORIGINAL envolve esta fase da descolonização de Angola, com todas as delegações — portuguesa, MPLA, UNITA, FNLA — alojadas no Hotel Penina, que a Presidência da República reservou até ao dia 14. Seria porém apressado pré-annunciar o dia 14 como final desta primeira resultante de um longo passado de trabalho diplomático a todos os níveis, cujo só mais recente da extensa cadeia se prende a Mombaça, ontem expressamente mencionada aqui pelo Presidente Costa Gomes, no discurso de abertura, ao ditar uma saudação muito especial a Jomo Kenyatta: «Todos estaremos de acordo em deixar aqui uma palavra de homenagem ao grande estadista africano, presidente Kenyatta, cuja hospitalidade e apoio se sentiu agora e cuja experiência e sensibilidade políticas nos poderá inspirar no futuro».

Foi precisamente em Mombaça, como é do domínio público, que os três movimentos de libertação estabeleceram uma plataforma de acordo que lhes possibilitou serem, parte nas negociações com Portugal.

Podemos afirmar concretamente que foi encontrada solução para os problemas essenciais, ainda antes da cimeira, o que nos dá certamente garantias que, no Algarve, se chegará a bom termo, usando a linguagem da imediatista temporal. Os três movimentos de libertação têm vindo a ser sujeitos progressivamente a fortes pressões internacionais e sobretudo africanas, no sentido de encontrarem a unidade suficiente que possa levar à independência de Angola. O próprio Kenyatta lhes pediu que, em nome da África, superassem as respectivas divergências. Assim, como se exprimiu Holden Roberto, ao passar em Tunes, «chegou-se a uma espécie de frente comum, no sentido da qual, cada partido conserva a sua identidade». Será depois, segundo expressou de Holden Roberto, o povo angolano quem escolherá, em eleições, aqueles que irão dirigir o país.



O ambiente na Penina

A originalidade do ambiente no Penina, vem-lhe do facto de várias delegações se hospedarem no mesmo hotel. Ali se realizam as conferências de negociações, com sete elementos por cada um dos movimentos e também sete por Portugal, o que devemos juntar os técnicos, consultores jurídicos e conselheiros políticos que cada uma traz consigo. Ali tomam-se relações, em conjunto, sem lugares previamente marcados na sala de jantar, ali são criadas condições para se resolverem problemas de momento, em clima de fraternidade, clima esse que muito ajuda, como é evidente, ao desfecho por todos concordado.

Se as primeiras negociações com o PAIGC, encetadas em Londres, já lançaram uma nota de originalidade na descolonização portuguesa, em que representantes das potências colonizadoras e do território colonizado mantinham entre si relações de amizade e se davam as mãos, num clima bastante descontraído, o que mais tarde havia de acontecer também em Lusaka e Argel, ainda numa ocasião, por força das circunstâncias, portugueses e guineenses e moçambicanos se alojavam em residências diferentes e apenas se encontravam, pelo menos ao nível de visita, durante as horas das conversações.

Aqui, no Penina, pode-se dizer que tem 24 horas por dia para conversar e travar impressões. E, embora as negociações apenas houvessem começado ontem, pelas 17 horas, os contactos encontraram-se imediatamente, logo após a chegada das diferentes representações dos movimentos de libertação. Primeiro, a F. N. L. A. e, mais tarde, já a noite tinha caído, a M. P. L. A. e a UNITA, que viajaram conjuntamente, num avião da Força Aérea Portuguesa, com uma comitiva de trinta jornalistas africanos. A FNLA viajou num avião que lhe foi posto à disposição por Mobutu, trazendo a bordo, igualmente, alguns homens da informação. Entre eles, o director da Televisão do Zaire, que também havia estado no Sai, aquando da reunião de Mobutu com o general Spínola, conforme empregado a palavra "metrópole".

Vestia fato, estilo chinês de Mao, como aliás a delegação da FNLA e ostentava na lapela um grande emblema com a effigie de Mobutu. Além deste, viajaram no avião de Mobutu jornalistas da agência oficial do Zaire e três angolanos que foram prepositalmente a Kinshasa, para embarcar, rumo ao Algarve. São eles das revistas «Notícia» e «Palavra» e do programa de Rádio «Angola 74».

Em condições de igualdade

Embora os problemas essenciais já hajam sido resolvidos com toda a probabilidade, durante o longo caminho que conduziu ao Algarve, certo é que faltará ajustar muitos pormenores de grande importância. Um coisa é certa, e avaliar por declarações e atitudes, Portugal quer a independência de Angola e, por outro lado, conhece a sua enorme responsabilidade na condução do actual processo desejando as forças de ládo português, que para tal processo mais concorram, que para tal processo não concorram seja iento de

neo-colonialismo e se revista de teor vivacamente nacionalista.

Costa Gomes reconheceu, no seu discurso de saudação, no Penina, a capacidade de liderança popular dos movimentos de libertação — «estruturas concretas e inequívocas do alto padrão dos vozes míticas, como polítlcos e como chefes militares dos movimentos que ganharam o direito de traçar o futuro do novo país.» E acrescentou: «Sem calcular quantas forças e quantos interesses terão exercido influências centrifugas que Vocês Excelências souberam vencer, com a determinação e o bom-senso e o pragmatismo de bons chefes políticos... A solução que aqui se obtinha será o primeiro grande passo para afastar os vaticínios de interesses alheios a Angola que prevêm os desejam ver dramas onde existem diferenças analisáveis entre irmãos».

Sobre Portugal impende, por conseguinte, uma pesada responsabilidade, em termos imediatos, a de contribuir para a criação de condições propícias a um clima de paz, que a existência de vários exércitos em presença, ao serviço de esquemas tão coincidentes quanto a questões essenciais da coexistência de um país independente e livre, parecem não favorecer. Se bem que este ponto, dos catrícios, seja um dos mais preocupantes, eis resulta da diferente visão de regimes políticos mais adequados a Angola e que por eles se bateram militarmente.

O ambiente do Penina pode contribuir para diminuir as diferenças analisadas entre irmãos e ao mesmo tempo dele é um sinal na medida em que todos use a mesma mesa não apenas da palavra mas também do pólo.

O afastamento de Rosa Coutinho

Encontra-se também no Algarve, como é de conhecimento público, o actual Conselheiro de Angola, almirante Rosa Coutinho, que, contudo, não faz parte da

delegação portuguesa, chefiada pelo ministro Melo Antunes. Aos órgãos de informação não foi permitida a entrada no Hotel da Penina, com a excepção dos

fotógrafos, que ali foram, primeiro para fotografar a mesa vazia, com trinta e duas cadeiras em torno, depois já com as personalidades.

Continua pág. 16

A cimeira no Penina

Continuação pág. 1

As medidas de segurança excepcionais desiludem qualquer cidadão que pretende ultrapassar a barreira e atingir inclusivamente os jornalistas.

Rosa Coutinho fez-se acompanhar de numerosa equipa de consultores, técnicos e individualidades ligadas à vida económica de Angola, entre eles o eng.º Castilho, presidente da Associação Industrial. Não se hospedaram, porém, no Penina.

Chegou-se à Cimeira do Algarve depois de longo caminho, tendo contribuído as Forças Armadas e o Governo, que actuaram em interpenetração para trazer até aqui os três movimentos em pé de igualdade, depois dos enormes esforços feitos pela FNLA para marginalizar ou subalternizar o MPLA, apoiando-se, para tanto, nas divergências existentes no seio do Movimento, a que Chipenda, que entretanto abriu escritório em Kinschasa, dava acentos dramáticos.

Os leitores estarão ainda recordados que foi apresentado inicialmente o dia 10 de Dezembro, como data de negociações e os Açores como local. Dialogar, porém, nessa altura, a nível de cimeira, significava tentar resolver o problema de Angola sem o MPLA, ou pelo menos com este movimento na situação de praticamente

luterado. («Venha se quiser, se não quiser não venha»). Holden Roberto insistia para que o encontro se realizasse nessa primeira quinzena de Dezembro, proposta a que Savimbi dera a sua adesão embora sem grande entusiasmo, já que não fazia sentido, porque, além de ser irreal, era extremamente perigoso para os interesses nacionais de Angola. É o próprio Savimbi que corre ao encontro de Agostinho Neto, juntamente com o tenente-coronel Passos Ramos, que também faz parte desta delegação portuguesa. Aqui começa a emergir a personalidade de Jonas Savimbi como hábil diplomata. Aceitando, em princípio, o dia 10, em concórdância com Holden Roberto, envida esforços tendentes a uma plataforma comum negociada entre os três movimentos.

Foi adiada a cimeira, que estava prevista para os Açores, sucede-se o encontro do Luso, sob a égide de Rosa Coutinho, que tudo fez para trazer os três movimentos à mesa das conversações com Portugal em pé de igualdade, na medida em que trabalhou para que um deles, o MPLA, não fosse subalternizado, subalternização essa para a qual o encontro do Sal deu o pontapé de saída, com Spínola e Mobutu a dirigir o comando das operações.

Tudo leva a pensar, entretanto, que esta acção de Rosa Coutinho lhe valha a saída de Angola, o que pode muito bem acontecer logo a

seguir à cimeira, quando da constituição do Governo Transitório. Na realidade, ambientes próximos da FNLA garantiram-me que Holden Roberto não aceitará o almirante Rosa Coutinho no Alto Comissariado, no que será intransigente, já se fala mesmo, à boca pequena, na pessoa do brigadeiro Silva Cardoso, o segundo da Junta Governativa de Angola, o qual em princípio seria aceite por todos.

Apenas se fala. Aliás, já há quinze dias o EXPRESSO anuncia, na primeira página, o trabalho de bastidores para correr com Rosa Coutinho. Nesta linha de considerações, é redigido quase todo o n.º 11 do Boletim do FNLA, em que textualmente se pode ler: «fonte digna de fé anuncia-nos que um Alto Comissário representando provisoriamente Portugal será brevemente nomeado em Angola e participará no Governo Provisório... Sugere ainda o Boletim que este Alto Comissário seja designado o mais rapidamente possível e que substitua a Junta Governativa actual — na qual certos membros passam a maior parte do seu tempo a servir a causa dos interesses de uma certa formação política angolana...» Evidente se torna que essa formação política é o MPLA. Outras altas individualidades, além do almirante Rosa Coutinho, se espreitam diplomáticamente a marginalização do MPLA, já que tal, a suceder, contrariava todo o

processo histórico da descolonização, o que era, mesmo à vista desarmada, fazer uma independência para lançar o país, no dia seguinte, numa outra guerra. Entre estes, podemos mencionar, além do MFA em geral, Melo Antunes, Bounedienne, Samora Machel e ainda a Tanzânia e a Zâmbia e, mais recentemente, Kennedy, agora elogiado por Costa Gomes, na medida em que procurou também impulsionar os movimentos de libertação para uma plataforma de independência em que aparecessem conjuntamente, em pé de igualdade, como amigos.

Conclusão

É cedo, por enquanto, para tirar conclusões da cimeira do Algarve, avultando, porém, uma nota que nos parece importante: as autoridades portuguesas pretendem criar um clima de igualdade e demonstrar desejo sinceramente a descolonização, trabalhando em ambiente de fraternidade. Aliás, estão conscientes de que Portugal não tem possibilidade de por si mesmo desenvolver o neocolonialismo em África. Por outro lado, Angola é demasiado importante para alistar interesses estrangeiros. A FLEC, continua a gritar pela independência de Cabinda e a voz pode ser forte porque um dos principais financiadores também é português, por enquanto, do ouro negro extraído naquela região.

Semana Nacional

Morte de Zoio envolta em mistério

NÃO parecem coincidir as interpretações da Polícia Judiciária e dos investigadores militares sobre os motivos da agressão mortal de que foi vítima Rafael Zoio, irmão do conhecido negociante de armas Joaquim José Zoio, que até há pouco tempo esteve detido em Caxias, a partir dos acontecimentos do 28 de Setembro. Enquanto a P. J. considera ilegítima a atribuição de razões políticas à morte de Rafael Zoio, motivos dessa natureza seriam já admitidos entre meios militares.

De qualquer modo, o ministério continua a envolver o acontecimento, que se rodou de certo aparato. Os responsáveis pela morte de Zoio teriam procurado, aparentemente, intertrogá-lo — segundo testemunho de empregadas da firma que foram assaltadas pelos assassinos embaçados — sobre questões de natureza ainda não apurada. A morte do industrial, presumível agente de armamento, teria ocorrido quando, libertando-se por um momento dos seus captores, correu para uma janela para gritar por socorro.

Proposto novo esquema para horário de trabalho

45 HORAS DE TRABALHO e dois dias de folga por semana — além de um mínimo de 21 dias de férias por ano — são algumas das principais medidas propostas pela Comissão do Horário de Trabalho Nacional, divulgadas há dias em conferência de imprensa. Por outro lado, a gestão das horas de trabalho que tem sido prerrogativa das entidades patronais, poderá entrar total ou parcialmente no âmbito da decisão do trabalhador, através da introdução de escalas móveis, que alterariam o esquema rígido actualmente em vigor. Entretanto, o limite de 40 horas deverá ser fixado quer para os sectores que se situam abaixo daquele nível (outra hipótese admitida neste caso é o do seu congelamento ao nível actual), quer para os tipos de trabalho de carácter mais penoso e de maior perigosidade cuja duração é presentemente superior ao referido índice.

Conselho directivo da F. E. P. desmente Magalhães Godinho

NUMA DECLARAÇÃO divulgada esta semana, o Conselho Directivo da Faculdade de Economia do Porto contesta vigorosamente certas afirmações do Prof. Vitorino Magalhães Godinho numa entrevista concedida à "Vida Mundial", em que o anterior ministro da Educação afirma estar o Estado "a dispendir somas fabulosas em pura perda, mantendo abertas escolas como a Faculdade de Direito de Lisboa, ou a Faculdade de Economia do Porto ou certos liceus".

Exigindo que o ex-ministro se retrate publicamente pelas "declarações caluniosas" prestadas à "Vida Mundial", o Conselho daquela escola portuguesa não só nega peremptoriamente — com base em factos que cita em pormenor — certas afirmações de Magalhães Godinho, como adianta ainda algumas acusações: referindo, nomeadamente que a entrevista do ex-ministro serviu para "proclamar o porquê das respostas sistematicamente negativas e boicoteadoras que encontraram todos os nossos órgãos escritos ou contactos pessoais, junto da Direcção Geral de Ensino Superior, durante o período em que o Dr. Magalhães Godinho foi ministro da Educação e Cultura.

"Quando nos dirigimos — acrescentam — ao Ministério, asseverados pelos problemas que não criámos e impotentes para solucioná-los dar-lhes solução, embora animados sempre de um espírito de sobrevivência que se descobriam num esforço de abertura crítica à realidade social portuguesa, muitas vezes ouvimos, como resposta, que a Faculdade de Economia do Porto era uma escola sem viabilidade e que talvez a única solução fosse fechá-la..."

Pedida intervenção do Governo na firma Xavier de Lima

TENTATIVAS de desvio de fundos e formas de actuação tendentes a provocar uma falência fraudulenta são imputadas pelos trabalhadores da firma António Xavier de Lima ao proprietário da empresa e estão na base do pedido de intervenção governamental formulado pelos trabalhadores.

Em reunião na Interindustrial com representantes sindicais e dos órgãos de informação, a comissão dos empregados denunciou as manobras do empresário, afirmando que o mesmo realizaria cerca de 60 mil contos na venda de material da firma, que foi impedida pela vigilância constante a que se encontra submetido. Ainda assim, Xavier de Lima obteve 8 mil contos na transacção de meia centena de veículos pertencentes ao parque da empresa, sem que o referido valor tivesse sido contabilizado.

A importante firma tem uma dimensão que lhe confere responsabilidades a nível nacional, e uma possível falência causaria elevados prejuízos a clientes e lesaria as 3 centenas de empregados que ainda restam ao serviço, depois de o seu número ter ultrapassado os 800 há dois anos.

Mil e duzentos operários de confecções em greve

ENCONTRAM-SE EM GREVE os 1200 operários da firma Alcott Internacional, do ramo de confecções e com sede nas Fontainhas, Póvoa de Varzim. Na origem do conflito laboral as posições assumidas pela administração (surca) em defesa das preferências de uma encarregada, também estrangeira, e as perturbações internas que levaram à demissão de um operário da comissão de trabalhadores.

As condições de laboração da fábrica estão asseguradas por piquetes de operários, que vigiam também possíveis tentativas de fuga de documentos ou produtos.

Avanço na luta dos trabalhadores do "J. N."

Nos termos de uma proposta aprovada no plenário do passado dia 6, os trabalhadores do "Jornal de Notícias" decidem eles próprios independentemente da vontade da Direcção a liberdade de expressão do jornal e terminar, de uma vez para sempre, com todas as possíveis formas de censura interna.

Explicitando sempre que a Direcção tentará de algum modo censurar ou retardar a publicação de qualquer texto, serão os próprios trabalhadores que exclusivamente decidirão sobre a sua publicação; o Conselho de Redacção deverá ser chamado a decidir sobre a publicação de texto em causa, e os trabalhadores das outras secções, nomeadamente as oficinas (tipografia, gravura, estereotipia, impressão, etc.) garantirão a decisão tomada, independentemente da posição da Direcção.

Esta fase da luta dos trabalhadores do "Jornal de Notícias" recebeu o apoio das direcções dos sindicatos em que se integram, e ainda dos seguintes partidos e organizações: P.S., L.U.A.R., Interindustrial, M.D.P.-C.D.E., Organização do Porto de jornalistas do P.C.P., M.E.S. e Grupo de Trabalhadores da Informação simpatizantes do M.R.P.P., do Porto. De um modo geral, a tónica das mensagens incidiu na "unidade", havendo referências à luta por uma informação ao serviço das classes trabalhadoras. Os trabalhadores da informação simpatizantes do M.R.P.P. expressaram a sua solidariedade na luta contra a censura interna, "seja ela fascista, social-fascista ou difarçada de democrática", incitando a prosseguir a luta "no espírito de secret o Power".

Falta legislação para o desmantelamento da PIDE/DGS/LP

A COMISSÃO de Extinção da PIDE/DGS tem encontrado graves dificuldades para cumprir as suas tarefas e, até agora, só dois processos foram enviados a tribunal, assinala-se em comunicado daquela Comissão agora tomado público.

A falta de legislação que defina todas as implicações do trabalho levado a cabo no esclarecimento das actividades da extinta polícia política e da Legião é um obstáculo que torna mais lento o procedimento contra agentes, informadores e colaboradores. Apesar de, durante o lapso de tempo que decorreu da sua constituição até ao fim do ano, a Comissão ter procedido a averiguações e prisões de centenas de implicados, continua ainda dificultada a prossecução dos seus objectivos, salienta o comunicado, que preconiza a promulgação urgente de meios legais de acção "para um desmantelamento eficaz do aparelho policial do estado fascista".

Uma semana quente

A Unicidade Sindical na base da queda do Governo de Coligação?

NO NOSSO Balanço Político de 1974 enumerámos algumas das questões mais "candentes" que se encontravam pendentes no início de 1975.

Quase todas elas são questões a decidir em Janeiro, ou cuja decisão pode ser irreversivelmente condicionada durante o mês que corre. O que, naturalmente, o converte em período decisivo.

A semana que passou foi (embora de uma forma não muito perceptível para o grande público) particularmente "quente". Alguns dos problemas políticos que nela se suscitaram, os afrontamentos de opções governativas, as alterações na composição de certos agrupamentos partidários — tudo isto veio a recolocar perguntas fundamentais, de cuja resposta depende o futuro (próximo) da sociedade portuguesa.



Salgado Zenha:
"Unicidade é inconstitucional"



Alvaro Cunhal:
"E o peso da Intersindical?"



Magalhães Mota:
"A legalização do Partido"

Unicidade Sindical

A PRIMEIRA questão essencial a suscitar a atenção dos observadores políticos foi a da Lei das Associações Sindicais.

O que tinha sido a história dessa lei é sabido. Um projecto de diploma elaborado no Ministério do Trabalho, e que alguns sectores entenderam que consagrava (de maneira implícita) a «unicidade» sindical a nível de confederação global de trabalhadores, foi examinado liminarmente em Conselho de Ministros.

Nessa ocasião, ficou claro que se opunham àquele princípio os PS e PPD, e o defendia o PC, tal como, fora do Governo, o MDP/CDE.

Posto à discussão pelos sindicatos e pela Intersindical, o projecto recolheu, como era de esperar, o apoio de larga maioria das instituições componentes da estrutura, em que prevalece a influência política do PCP.

Entretanto, quer este partido, quer o MDP/CDE, quer o MES, post-Congresso, se solidarizaram com o Conselho da Intersindical, que iniciou uma ofensiva desta poderosa organização com vista à aprovação do projecto de decretos em suspensão.

Ora, este projecto foi submetido a nova apreciação em Conselho de Ministros no início da semana que agora termina, não sem que antes, um confronto duro de posições políticas tivesse lugar.

O secretário de Estado do Trabalho Carlos Carvalhas (que tem participado em comícios do MDP/CDE, embora não seja conhecido publicamente o seu alinhamento partidário) defendeu, numa resposta ao paisatavisionada, a tese da unicidade sindical.

Pronunciou-se, assim, como membro do Governo de um departamento, que apoia um projecto de diploma nele elaborado, antes da sua discussão em Conselho de Ministros. Poderia entender-se também que falasse como simples cidadão, defensor

de uma linha política-sindical determinada.

Na manhã de terça-feira, o «Diário de Notícias» publicava na sua página de opinião uma violenta crítica de Salgado Zenha a Carlos Carvalhas, em que o Ministro da Justiça inclusive considera o projecto em debate de inconstitucional, por contrário ao Programa do MFA. Se era o Ministro ou o cidadão que falava, cada qual terá a sua opinião, dela retirando os devidos ensinamentos.

Este o panorama pré-Conselho de Ministros. Sabia-se que o Conselho Superior do MFA (também conhecido por Conselho dos 20), depois de atenta discussão do tema, acabara por optar pela tese da unicidade, por maioria dos presentes. Deve ter prevalecido no espírito dos deliberantes a preocupação de garantir a ordem social, o que terá parecido mais fácil de conseguir com a manutenção do esquema da total unicidade dos sindicatos. (vide notícia na página 17)

No seio do Governo manifestaram-se muito claras duas linhas. Uma, de apoio ao projecto, em que se integrava o PCP. A outra, contrária àquele projecto, representada pelos PS e PPD.

Esta segunda linha terá mesmo sido definida com uma clara intransigência de princípio, que poderia acarretar a eventual saída simultânea do Governo dos dois partidos em causa.

Para os observadores, esta hipótese seria provável se a unicidade vingasse, mas a saída do Governo seria fundamentada também em outras razões recentes, que, segundo o PS e PPD, dariam o pano de fundo para o ponto em discussão.

Resta, então, saber se não haverá soluções que evitem o que — atendendo à firme determinação conjunta daqueles partidos — poderá vir a ser o desfecho das negociações com todas as consequências emergentes deste facto.

Não me parece possível que o PCP aceite o retirar do projecto de qualquer referência à unicidade sindical ou norma à ela condizente. E contudo, seria uma alternativa: a de o projecto não adoptar posição sobre a matéria. Deste modo, se regressaria à tradição anterior ao regime fascista, e que era a unicidade sindical, mas não imposta por lei (unicidade que apenas viria a ser violada quando por razões políticas, um partido pretendesse retirar o controle sindical a orientações de extrema-esquerda).

O facto de, em levas sucessivas, diversos sindicatos terem atacado o Ministro Salgado Zenha (Sindicato dos Motoristas, Bancários, Profissionais de Escritório de

Lisboa, entre outros) parece significar que a Intersindical não cede quanto à unicidade.

E a convocatória de uma manifestação no dia 14, feita pela Intersindical, apoiada pelo MDP/CDE e pelo PCP (que volta a apoiar a posição de «manobras da reacção») — é sintomática de que será muito difícil atingir uma fórmula de compromisso.

Resta, talvez a alternativa de deixar a apreciação desta matéria para a Assembleia Nacional Constituinte, a eleger em Março ou Abril. Sendo, ali lá, sujeita à legislação genérica sobre associações.

Encontrando-se o Governo dividido em termos numéricos praticamente ao meio, uma saída

de emergência para evitar a queda da coligação seria remeter-se este ponto para um órgão democraticamente eleito, com amplos poderes constituintes.

A não ser assim, no dia 17 (data do Conselho de Ministros Extraordinário), terá de haver votação, e esta ou se inclina no sentido da unicidade (e o PS e o PPD abandonarão o Governo), ou se inclina em sentido contrário (e o PCP e a Intersindical — sobretudo esta — poderão ser levados a reagir de forma marcada).

Fazendo prospectivas, poderíamos desenvolver até às últimas consequências uma e outra alternativas, mas não parece oportuno (nem sequer útil), aqui e agora, entrar nessas divagações.

Interessa muito mais chamar a atenção para os riscos da ruptura no equilíbrio de forças políticas no poder. Essa ruptura levantaria problemas (insuperáveis?) ao processo de democratização, como o levanta, em qualquer caso, o afrontamento de partidos no Governo sobre um ponto reputado essencial.

Por outro lado, o que continua a estar em causa (depois de todas as clarificações feitas) é a leitura do Programa do MFA. Este é um caso exemplar (mas muitos outros existem) de que continua a haver várias leituras do Programa. E, a sua maior ou menor divergência afecta, em maior ou menor escala, a execução do Programa a todos os níveis.

Estratégia global?

Para muitos observadores políticos, o que se passa no campo concreto da polémica «Unidade-Unidade sem imposição legal» insere-se num jogo estratégico global mais amplo, que aflorámos no nosso último artigo acerca do P. C. P.

Na verdade, em paralelo com o que fica descrito, sobe a temperatura no plano das acções laborais.

Em várias empresas e grupos sobe em crescendo o esgarçamento de acção. Também em sectores públicos essenciais isso se verifica (é, por exemplo, o caso da RTP, contra cuja administração e equipa socialista de programas se levantam ataques externos e dificuldades internas). Aliás, outros órgãos de informação aumentou na semana passada a acção de certos sectores dos trabalhadores, depois de uma quinzena de acalmia, coincidente com o Natal e o fim de 1974.

Finalmente se o finalmente não quer dizer que se ignore a importância essencial deste ponto) o

Sindicato dos Bancários tomou como ponto prioritário e tem desenvolvido o «leito» da nacionalização da Banca Comercial.

Trata-se de uma reivindicação estreitamente ligada com o Plano Melo Antunes, e que tem sido, desde o começo, apoiada pelo MDP/CDE, tal como a nacionalização do sector segurador.

Em Conselho de Ministros, parece que nenhum dos três partidos da coligação defendeu abertamente esta ideia, mas as alterações propostas pela Comissão Coordenadora do Plano já abrem caminho a tomadas de posição do Estado no capital das empresas bancárias, podendo ir até à nacionalização (vide notícia na 1.ª página).

Fundamental é, portanto, saber qual a posição do PCP sobre esta matéria.

José Magro (membro destacado do Comité Central daquele partido), em sessão de esclarecimento aos bancários, afirmou o seguinte (na versão de «O Século», que transcrevemos): «Respondendo» a outra pergunta José Magro

declarou que o PCP sabia porque razão certos sectores se mostram interessados em atacar os bancários e que, sem querer avançar muito, podia afirmar que o representante do seu partido, no Governo Provisório não tinha apoiado a crítica do Governo àquele sector profissional.

Provençando-se sobre a oportunidade ou não da nacionalização da banca privada, aquele membro do Comité Central do PCP salientou que o seu Partido não desaconselhava a imediata nacionalização da banca e que seria até bom que ela se efectivasse, porque constituiria um golpe mortal no capitalismo e um passo em frente prodigioso no processo revolucionário em curso e na construção de outro tipo de sociedade. O que neste momento podiam ainda não existir, continuou, eram condições políticas para que essa importante medida fosse adoptada; todavia José Magro declarou que se as massas populares e os trabalhadores tomassem massivamente posição a favor dessa medida — como o tinham feito na sua última assembleia de classe, os bancários,

— poderiam contribuir decisivamente para que, o mais rapidamente possível, essa medida radical viesse a ser adoptada.»

A transição é fundamental para se apreender a dialéctica da posição do PCP: a um tempo Partido do Governo, mas apoiado porém, em forças com estratégias não necessariamente para-governamentais.

Agora, temporariamente subalternizado pela prioridade da questão da «Unidade Sindical», este problema, possivelmente, voltará a primeiro plano dentro de poucos dias.

De restó, o MDP/CDE tem desenvolvido uma actividade intensa no sentido de afirmar a necessidade de medidas anti-monopolistas imediatas e radicais (entre as quais a nacionalização daqueles sectores), como condição «sine qua non» do próprio processo político em curso. E a manutenção do MES, no Rostko, revelou a disposição daquele movimento de dar execução a uma objectiva mais claramente anti-Plano Económico, tal como ele foi delineado, e anti-elites.

Luís Marcelo Rebelo de

Uma semana "quente"

O significado político da entrevista do general A. de Spínola

por Marcelo Rebelo de Sousa

Do antimonopolismo a antieleições

Estabelece-se, portanto, uma ligação lógica entre o que sucede no domínio do Plano Económico e o processo eleitoral.

Tem sido esta a posição do MDP/CDE, e o Comité de base (largamente propagandeado) deverá significar o começo de uma ofensiva daquele Partido, mais ou menos centrada nesta posição: as eleições, previstas no Programa do MFA, pressupõem a adopção prévia de medidas anti-monopolistas, que até agora não foram tomadas, não parecendo suficientes as contidas no plano Meio Anual; logo, ou se executa rapidamente o leque de medidas propostas pelo MDP/CDE, ou este partido considera as eleições efectuadas num contexto sócio-económico como o presente, como não representativas; e, assim sendo, o MDP/CDE passaria a alinhar com o MES contra as eleições.

Claro que se não trata de uma linha que conheço agora de novo. Antes tem sido objecto de ampla difusão, sobretudo através de órgãos de informação poderosos mais propensos a esta orientação política.

A novidade está no relevo que se quer emprestar ao Comité de base, interrogando-se mesmo os observadores se este não presenciará também «dizer» que o MDP/CDE está pronto a registar ao Governo em caso de desmoronamento da presente coligação governativa.

(Não é verdade que um governo formado pelo PCP, pelo MDP e até pelo MES pode ser apuzentado como «Governo Pluralista»?)

Falando de eleições, deverá dizer-se que terminou o prazo de recenseamento, e os números já conhecidos representam um triunfo impressionante para os próprios prognósticos lermãos «v-ante». Embora aqui e ali com atritos, derivados da propaganda partidária, indevidamente realizada nas comissões de recenseamento, em geral a cooperação entre os quatro partidos representados foi muito positiva, e até exemplar para

o resto do conjunto de operações eleitorais por realizar.

Ninguém ignora que hoje o tema «realização de eleições» é já um tema indiscutível, e as palavras periódicas do Ministro Costa Braz sobre esse tema são disso mesmo a melhor prova.

Ainda não saiu toda a legislação eleitoral respeitante a emigrantes e a residentes nas antigas colónias africanas, mas a marcação definitiva de datas para a distribuição do número de candidatos pelos círculos eleitorais e para a apresentação de candidaturas veio dar outra dimensão (mais próxima) ao acto eleitoral.

Entretanto, o clima político vai tornando-se mais efervescente, com repercussões nas acções de propaganda de cada partido, bem como nos procedimentos políticos dirigidos contra pessoas e agrupamentos.

A este respeito, as palavras do Bispo do Porto-transcritas e comentadas em vários meios de comunicação social — revelaram uma lucidez e uma análise crítica extremamente relevantes para clarificar o actual momento político.

Mas, toda a problemática da chamada Plataforma de Entendimento, de que falámos longamente no último número do EXPRESSO, está hoje como que adormecida (mas não adormida).

Depende da evolução imediata dos acontecimentos a nível de Governo, porque basta uma alteração significativa da composição ou orientação daquele para que o tópico «eleições» passe a ter outro significado maior (maior ou menor conforme a saída achada para o diferendo).

Também por este motivo, as eleições — sendo tidas como ponto assente — passam para um momentâneo e aparente segundo plano das preocupações dos políticos portugueses. Isto, embora, como é óbvio, no fundo o que está sempre em causa seja a conveniência ou não de eleições, aqui e agora, para os diferentes partidos políticos.

E os partidos políticos?

Enquanto o PCP se desdobra em convocatórias de Conferências de Camponeses das várias regiões do país, de pequenos e médios comerciantes, e prepara a grande reunião geral dos trabalhadores portugueses em início de Fevereiro, e o PPD se legaliza (demonstrando uma organização só superada pela do PCP) e promove sucessivos comícios pelas país, o PS sofre uma cisão interna, dolorosa, e - para alguns observadores inespérada,

Para o EXPRESSO ela não foi uma surpresa. Quem acompanhava com atenção o passado recente daquele partido (sobretudo o Congresso de há três semanas) teria notado um patente choque de personalidades e de grupos, que poderia degenerar em cisão.

O Congresso aprovou a linha programática mais à esquerda, mas também elegu uma equipa directiva mais «moderada», preferindo a lista do MSP, patrocinada por Manuel Serra.

Este ficou numa posição difícil: aparente delírio a prazo (e a que prazo?), na prática ficava incluído na Comissão Nacional eleita. E esse isolamento acentuou-se nas eleições do Secretariado e da Comissão Directiva, em que Mário Soares demonstrou uma certa «dureza» perante tentativas conciliatórias das duas listas apresentadas.

Tudo isto para um homem com ambições, que se considerava apoiado pelas bases mais militantes do Partido foi o prolegómeno da saída.

Para já esta é a história conhecida (com Soares a querer reforçar o seu poder post-Congresso e Serra a não ver vias de domínio no partido). Um dia se fará a história, hoje desconhecida (ou apenas intuída) de toda a cisão, que poderá vir a dar que falar.

O PS que ficou diz que Serra se enganou ao arvorar-se em «leader» dos 40% de delegados, que só votaram nele porque nunca manifestou diferenças ideológicas no decurso do Congresso, apenas se limitando a divergências de estratégia e à defesa de um maior «basismo». E até acrescenta que alguns dos militantes do MSP

ficaram (vg. os de Beja), bem como a JS e o GAPS.

Manuel Serra (e a jovem FSP) reclamam-se de milhares de aderentes, de todos os círculos regionais do P.S. e lançam ataques aos dirigentes do PS que, em muito, ofuscam a sua imagem política junto de certos meios de esquerda.

Mário Soares apanhado, como é uso nestas ocasiões, em viagem no estrangeiro (já no 28 de Setembro), por exemplo, se encontrava fora do país), mal teve tempo de tomar nota do sucedido, pois logo partiu para a cimeira algarvia.

Em qualquer caso, o PS atravessa um «mau momento», em termos de imagem pública e estruturas internas. A médio prazo, clarificou-se — talvez — a sua linha de acção política, mas a curto prazo torna-se insustentável um «plan» que apague mais este golpe profundo.

Talvez por isso se fale, hoje, com insistência no desejo de Mário Soares de sair do Governo, substituído por Campinos, para reorganizar o Partido. E fala-se mesmo na data de 20, data das eleições internas, como marco de uma possível saída.

Mas, nem tudo é tão fácil como parece. Por um lado, há pendente a questão da «unicidade» que pode antecipar-se a quaisquer planos de Soares. Depois, seria necessário que o que o PS ganha com a saída fosse superior ao que perde com ela. Não é linear que fosse Campinos o substituto, que bem poderia vir a ser Vitor Alves (cuja viagem europeia foi um sucesso), ou até um membro de outro partido.

Finalmente, a 27 de deste mês, Soares espera Shengor, já convidado a vir a Lisboa, e não é crível que prescindia de o receber. Trata-se da primeira visita do Presidente Senghor a Portugal, em termos oficiais, já que apenas uma vez passou por Portugal, mas não saiu do avião.

Também visitará o nosso país o Presidente Polaco, o que vai permitir o reforço das relações com

aquele país, designadamente no domínio económico.

Logo, a ideia da saída de Mário Soares das Necessidades, de momento, poderá não passar de uma ideia. E o PS terá de se habituar a viver com um Secretário-Geral itinerante (ainda que menos do que até ao presente...)



Pereira de Moura:
"O MDP/CDE abre fogo"



Manuel Serra:
"Socialismo revolucionário"



Melo Antunes:
"De um plano económico a uma cimeira política"

Onde entra Spínola?

Neste xadrez político em mutação apanço, portanto, um elemento que é novo relativamente a semanas anteriores: **criam-se condições para uma aproximação do PS e do PPD.**

Uma posição comum em pontos essenciais de Governo, e um mais fácil diálogo ideológico são a novidade desta semana.

O que não significa, por exemplo, da parte do PPD um esfriar das relações cordatas que tem mantido com o PCP. Mas, pode vir a significar até mais do que isso (e da parte do PS e do PPD), se a próxima semana for marcada por um choque total e definitivo.

Pertante este rearranjo partidário, acontecimentos como a promissora Cineira do Algarve, ou a conversa muito importante de Giscard d'Estaing com Mário Soares, podem ganhar outra perspectiva.

Uma dívida invade então os espíritos: onde entra entrevista do General Spínola? Que peça representa ela no puzzle do momento? (É desse puzzle não damos todos os elementos conhecidos porque as coisas são como são, e há acontecimentos que ganham em ser vistos a um prazo mais longo).

O que poderá dizer o entrevistador acerca das reflexões que retiros da entrevista e dos circunlóquios que a rodearam?

Em síntese apressada, dir-se-ia que avultaram os seguintes pontos:

1.º — O general Spínola aparenta estar mais interessado com o futuro do que com o passado (e talvez por isso debalde se encontrará nas respostas uma alusão ao problema da descolonização);

2.º — Do que disse resulta a

impressão de se manter muito bem informado, por via militar e civil;

3.º — A entrevista revela, mais coisas menos coisa, o desejo do respondente de apresentar um programa social-democrático (embora, como sempre, com a interpretação muito pessoal do ex-«Chefe de Estado»);

4.º — Curiosamente, não se encontra uma única vez a expressão «social-democracia», e é frequente a alusão ao «socialismo democrático» e ao «socialismo em liberdade». Em nossa opinião, não se trata de um lapsus «calami», mas de um desígnio de não se comprometer demasiado com um partido político (e de não o comprometer demasiado?);

A fórmula usada, mais ampla, tem ademais a vantagem de cobrir as posições de dois partidos portugueses (PS e o PPD), o que pode corresponder a uma «análise» do General;

5.º — É sabido que, através de homens da sua confiança no MFA, Spínola tem mantido contactos periódicos com o PS. Não é impensável que eles aparteceram em peso no Congresso deste Partido;

6.º — Por outro lado, e relacionando, a entrevista pretende seguir uma linha social-democrática, que alguns observadores consideraram² em certa medida paralela ao Programa do PPD.

Dito isto, o entrevistador não pôde concluir, para já, mais nada. Não pôde assegurar quando e como Spínola quer voltar à vida política intensa, só confirmou que quer.

Não pôde averiguar com que apoio pretenderia regressar, mas não é difícil de inferir que não estará a pensar em nenhum

partido à direita do PPD, (nem à esquerda do P.S.).

Não pôde investigar como concebe as relações entre PS e PPD, mas apenas que dentro do seu espírito condições poderiam surgir que facilitassem aquelas relações.

Não pôde certificar-se do papel que o General concebe para o PCP, mas ficou ciente de que ele não ignora o seu peso e tem ideias sobre a sua estratégia.

Ficam muitas incógnitas por resolver. Que o mesmo é dizer que, em Massamá, perto de Queluz, está em reserva (de Estado?) um político que teve tanto de carisma e oração, como teve de falta de senso político prático, e que quer um segundo «round» para a desforra.

Normalmente teria já entrado na História do país, no início de um dos seus mais interessantes capítulos. Pela sua resposta à entrevista, o General Spínola veio dizer que achava prematura essa consagração, que era a um tempo uma impossibilidade.

O Povo é quem mais ordena?

A DITADURA DE DIREITA, que, durante quase 50 anos, governou Portugal insistia sempre que interpretava e representava o povo português. O regime é este — asseveravam — porque o povo o quer, e demonstra amplamente a sua vontade nas manifestações públicas, na acitação das nossas directivas e nas eleições que fazemos de 4 em 4 anos.

O 25 de Abril provou amplamente que assim não era. O povo não queria o regime anterior, não saiu para a rua a defendê-lo, e, pelo contrário, aderiu rapidamente, e espontaneamente ao Programa do MFA.

O povo, talvez pela primeira vez desde D João I, sentiu que poderia escolher, achou que o deixavam ter optimismo, pensou que seria ele próprio a criar e a controlar o novo regime.

Assim foi e assim terá de ser. Caso contrário, o povo continuará a ser conduzido em vez de se auto-determinar, a ser "representado" e "interpretado" em vez de escolher os seus representantes e de fazer as suas próprias interpretações.

"O povo é quem mais ordena" — afirma a canção. Para que assim seja, não pode haver apropriação monopolista da vontade popular. O que tem de haver é esclarecimento das diversas opções de modo a que as pessoas possam escolher livremente, por convicção e não por imposição.

Compreende-se que uma parte dos responsáveis pelo 25 de Abril recete ter feito uma revolução que falhe por o poder vir a ser restituído, por ignorância e rotina, a quem anteriormente o detinha (ou a grupos políticos semelhantes). Pretende-se acabar de vez com o fascismo e isso só as forças progressistas o conseguirão fazer.

Mas os receios compreensíveis e as boas intenções não justificam a adopção de uma via única, em detrimento de todas as outras, igualmente legítimas, dignas e progressistas. Como também não justificam que se mude só por mudar, mantendo afinal, na escolha dos homens e na tomada das decisões, a mediocridade típica do regime deposto. Como ainda não justificam as lavagens ao cérebro de um povo que merece ser respeitado (não utilizado) na sua luta contra o atraso e ajudado (não coagido) no seu combate contra a ignorância.

Em democracia verdadeira, nenhuma via pode ser imposta pelos mais fortes, mesmo que se sintam justamente credores da gratidão do povo e entendam, de boa fé, que determinado caminho é o único ou o melhor para o país. Em democracia verdadeira, há regras de jogo que, uma vez criadas, têm de ser seguidas: a legalidade revolucionária não deixa de ser legalidade e está sempre limitada pelos fins da revolução em si.

No caso específico do 25 de Abril, a revolução teve como objectivo possibilitar ao povo português, no prazo de um ano, a livre escolha do seu destino. Nada impede os homens que fizeram a revolução de manifestarem a sua opção por uma ou mais das soluções possíveis (e, claro, de persistirem na sua indispensável intransigência anti-fascista). Mas os limites que, no seu Programa, a si próprios traçaram, proibem-nos de, em nome do povo, forcarmos uma via que o povo não seleccione.

Se assim for, cair-se-á na contradição e na ambiguidade, porque deixará de ser o povo quem mais ordena. E não é isso que querem os do 25 de Abril, os que o fizeram e os que nele acreditam.

Olivera, Paris

Cem anos de socialismo em Portugal: das experiências

O historiador César Olivera, numa entrevista concedida por Mito Henriques, fala-nos da evolução do socialismo em Portugal nos últimos cem anos. Publicamos também uma carta de Azedo Gueco a F. Engels (documento ainda inédito entre nós) que C. Olivera obteve directamente nos Arquivos Karl Marx.

Carta de Azedo Gueco a F. Engels

Lioba, 29 de Outubro de 1876

Amigo Engels

Recebi a sua carta de 24 de Outubro e peço-lhe que desculpe as minhas faltas involuntárias.

A direcção que me enviou para o Com. Geral é de mim conhecida e para lá envié o projecto do programa publicado no n.º 62 de "O Proletário" que o amigo aí deve ter recebido.

Há aí um erro importante, que faço corrigir no exemplar que ponho. Onde se lê "os proprietários industriais ocupam-se em fazer trabalhar os proprietários na agricultura" deve ler-se "os proprietários industriais ocupam-se em fazer trabalhar os proprietários na agricultura". Os meus erros são de fácil emenda. Vamos convocar um Congresso, o primeiro que se faz neste país. Por enquanto enviamos apenas circulares aos diversos círculos e associações para preparar as coisas convenientemente. O Congresso deve funcionar no dia 5, 6 e 7 de Janeiro em Lioba. O Conselho Central apresenta a seguinte ordem do dia:

I — Relatório do Conselho do Partido

II — Discussão e votação da organização e do Programa do Partido

III — Eleição do Conselho e (função) do Congresso seguinte. Os círculos e associações enviarão propostas para o Congresso até ao dia 16 de Dezembro, em que se fará convocação pública.

Julgamos que o Congresso reunirá cerca de 30 delegados, divididos da seguinte forma: 3 pelo círculo 65, 3 pelo 67 e 68, 3 pelo 71, 1 pelo 13 e 14; dois pela Federação da Perla, da Associação de Trabalhadores e 6 pela Federação de Lioba, 1 pela Cooperativa Industrial Social, 1 pelo dos Chapeliros, 1 pelo Progresso e Trabalho, 1 por outra Cooperativa. Além dos apontados temos os membros do Conselho. Mandei-me dizer se o Congresso assim composto ficará bem. Podemos aumentar o número de delegados, mas teria já o defeito de não ser uma representação verdadeira.

Como deve supor, era conveniente que recebêssemos comunicações ao Congresso em tempo oportuno dos nossos amigos da Alemanha, América e Inglaterra, principalmente liando-nos a certeza que a Federação do Juro, Espanha, Itália, Bélgica, nos enviarão felicitações, a não ser que ficassem zangados com a nossa carta ao Congresso de Berna. Nós aqui vimos-nos em (...) porque as Federações estão da minoria de Itália e os dos outros países tratam apenas de si. A Itália, a Suíça, a Espanha e a Bélgica estão sempre a enviar-nos cartas, jornais, correspondência, etc. Enquanto que da Suíça, Alemanha, Alemanha, Austrália, Inglaterra, U. S. A. etc. não só não nos enviam uma palavra, como mesmo não respondem às nossas cartas. A nossa forma de (...) é pela, difícilíssima. Por exemplo: a Fed. espanhola mandou-nos uma extensa carta convidando-nos para o Congresso de Berna depois enviou-nos outra carta para os círculos 13 e 14 (Porto), depois mais outra para nós. O Bulletin Juraince publicou uma dessas cartas e disse coisas abusivas, isto é, entalhões nos. Pela nossa parte como proceder? Escrever aderido? Repudiando? Não escrever? Mais tarde o tal conselho federal publicou uma circular dizendo que os aderidos se faziam representar (!) Em vista disto que fazer? — Escrever ao Congresso da seguinte forma: "Recebemos uma carta da federação de Cidex convidando os sócios deste país a representarem-se nesse Congresso e mais tarde lemos no Bulletin de la Federation Juraince uma circular convocando-o e estabelecendo a ordem do dia. Como fomos cobrados de responder não pedem os socialistas portugueses enviar delegados resolvendo o seu Conselho: O seu Conselho assegura-nos que são moralmente solidários com a oposição socialista de todo o mundo, solidariedade que nunca quebram sem quebrar. Assim o facto que temos de resolver parece-lhe uma formalidade bem dispensável.

"Deixando ardentemente a unido de todos os proletários terminamos assando-nos fraternalmente. Viva a A. I. T."

Penso deitadamente sobre o que deixo exposto e ajudai-nos a remediar o mal, porque é verdadeiramente um mal.

De Congresso fomos ao pouco mais de nada porque só tenho conhecimento pelos jornais burgueses 15 de Lioba e no Bulletin dos Jurainces, já mandei pedir as notas, mas até hoje nada de resposta.

Escreva-nos o amigo, ao menos, e eu em breve lhe enviarei cópia das resoluções da Federação espanhola.

Reciba, meu caro amigo, um apertado abraço do seu companheiro

Como se formou o Partido Socialista em Portugal

P. — Como você salientava no prefácio ao livro de Alexandre Vieira reeditado em Abril passado, a actividade de reapropriação da memória colectiva do proletariado militante é uma tarefa nos nossos dias importante, não apenas como conhecimento objectivo da sua história recente, mas como apreensão dos conteúdos da prática social e política realizada na sua luta contra o salariado. Neste sentido, o conhecimento do que foi o Partido Socialista em Portugal poderá ter, para além do assinalar duma efeméride, um interesse prático inegável.

C. DE OLIVEIRA — Faz portanto no dia 10 de Janeiro de 1975 cem anos que foi fundado o Partido Socialista Português. Quêdo desde já deixar claro que o PSP cuja fundação tem cem anos não tem nada a ver com o Partido Socialista hoje existente. Aquele tem uma existência que decorre entre 1875 e 1933.

Podemos distinguir na história do movimento operário em Portugal, fundamentalmente, 4 fases. Primeira, a que vai de 1836 a 1871. É uma fase sobretudo caracterizada pelo associativismo mutualista, de socorros mútuos, protecção ao desemprego, à saúde e à velhice, ilustração popular, alfabetização, e que no plano da aliança de classes se saldava por uma colaboração interclassista, tentando pôr de harmonia o capital e o trabalho de modo a que o primeiro não absorvesse o segundo. Claro que isto tem a ver com o desenvolvimento das forças produtivas em Portugal, com um capitalismo liberal que não existia ainda de facto, com uma classe operária extremamente diminuta, mais artesanal do que fabril, com uma concentração industrial fraguilíssima, etc.

Em 1871, correspondendo ao desenvolvimento do capitalismo em Portugal, iniciado sobretudo a partir de 1851 com a Regeneração de Fontes Pereira de Melo, com a chamada «política de desenvolvimento dos meios materiais», acontecem três eventos que, tendo muito a ver com isto, vão fazer com

que se inicie uma segunda fase do movimento operário (que designarei como a do abandono da colaboração de classes), e que são, por um lado, a Comuna de Paris, primeiro exemplo na história moderna do proletariado em que este toma o poder, apesar de efemeramente, e que tem um impacto considerável, sobretudo em Lisboa nos círculos intelectuais progressistas muito marcados já pela Questão Coimbrã de Antero de Quental, Eça de Queirós, etc., pelo realismo francês e pelo prurdonismo, e em certos sectores politizados e conscientes do operariado — tipógrafos, fabricantes de tabaco, por ex. O próprio Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas publica um manifesto onde se dá conta do eco da Comuna. Também basta ter «O Crime do Padre Amaro» para ver como a burguesia portuguesa, concentrada à porta da Haverza e da Agência Havas, em Lisboa, se encontrava atônita e assustada perante a conquista do poder em Paris pelo proletariado, cuindo-se em constrangimento, de vez em quando, segundo conta o Eça, um «viva o proletariado» no meio do repúdio geral.

O segundo acontecimento importante são as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, que se realizam quase simultaneamente por altura da Comuna de Paris. Estas Conferências são, poder-se-á dizer, a primeira crítica sistemática do capitalismo liberal português e dos vícios da sociedade liberal. E conheço o papel de Antero, Eça, Batalha Reis, Oliveira Martins, Adolfo Coelho e outras tantas Conferências. Contudo, não fazem uma crítica duma coisa que não existe. Isto é, criticam o liberalismo na base da sua destruição, quando este não existia em Portugal como expressão de supremacia das relações capitalistas industriais sobre todo o conjunto da população laboriosa.

Em Portugal, só nos fins do século XIX existem condições para a criação dum mercado nacional interno. Isto é importante para se ver como no desenvolvimento das forças produtivas o mercado interno, rede de transportes e outras infra-estruturas são, durante todo

o século XIX, factores de condicionamento do atraso do movimento capitalista em Portugal.

O terceiro evento é a presença em Lisboa de enviados da Associação Internacional dos Trabalhadores vindos de Espanha durante: uma secção da Internacional (de que descobri há pouco tempo ligações nítidas de Marx e Engels com portugueses, em 21 cartas que irei publicar), um núcleo da Aliança Democrática Socialista de Bakunine, e uma publicação chamada «O Pensamento Social», que vai aparecer em 1872 e que difundirá a doutrina e o pensamento da A.I.T., publicará o «Manifesto Comunista» de Marx e Engels,

sendo através do «Pensamento Social» que é veiculada toda a doutrinação revolucionária em Portugal, colaborando até Lafargue com escritos especiais. Em consequência destes três eventos, acontece que o movimento operário organizado abandona o associativismo incórrista e mutualista e, em 1872, surgem as primeiras greves de significado, em Lisboa — na metalurgia, em tipografias, nas manufaturas de tabaco. Em 1872 cria-se ainda a Fraternidade Operária, que já não é uma federação de associações de socorros mútuos, mas uma associação de resistência à exploração capitalista. Nesse mesmo ano vem a Portugal Paul Lafargue, genro de Marx (diferenciado com o nome de Paulo Fargal), tentando obter aqui os votos dos in-

ternacionais portugueses para a facção marxista da A.I.T.

Em Setembro de 1872 reunem-se em Haia o Congresso da Internacional, que adoptará duas resoluções importantes: a expulsão de Bakunine da A.I.T., por ter constituído no seu interior uma associação secreta, a Aliança Democrática Socialista, e a decisão, por proposta de Marx e Engels (com o apoio nomeadamente dos votos dos internacionais portugueses) da criação de partidos socialistas por países europeus. O próprio José Fontana tinha enviado um memorando ao congresso, neste sentido. Assim, de 1872 a 1875, realiza-se em Portugal uma série de trabalhos preparatórios, que haviam de ultrapassar a criação duma associação de resistência, de

modo a concretizarem a ideia da fundação dum partido socialista. Durante este período há pois toda uma actividade organizativa, quer em Lisboa, quer no Porto, e, de modo geral, no litoral do país, mas muito especialmente junto do operariado de Alcântara, que irá levar à fundação do Partido Socialista, que vem de facto a ter lugar a 10 de Janeiro de 1875, num centro de Alcântara, onde aparece José Fontana, operário cujo já participante em 1864 na fundação da Internacional e que, chegando pelo fim da década de 1860 a Lisboa, irá impulsionar a fundação do PS.

O Partido Socialista forma-se, portanto, quer devido à influência de eventos conjunturais, quer devido ao próprio desenvolvimento da classe operária em Portugal.

«O Partido Socialista até 1933

P. — Segundo o que despreve, o PS parece ser um produto do movimento revolucionário e, como tal, ele próprio um partido revolucionário. Ora isso não parece condizer com o que geral que ele virá a ter. O que é, politicamente, o PS?

C. DE OLIVEIRA — Efectivamente, o que é o Partido Socialista? Ele cria-se, fundamentalmente, não na base do marxismo a que os internacionais portugueses tinham aderido na Conferência de Haia, através do seu voto, mas, pelo contrário, estará presente em toda a sua vida o proudhonismo, a proposta dum regime social fundado na associação, que por sua vez federava associações, um socialismo que não passa logo de início a questão da propriedade como fundamental, e onde, portanto, oscilavam duas tendências: uma profundamente anti-eleitoralista, anti-política (no sentido da política ser apagação dos partidos burgueses). E na realidade o PS, de 1875 a 1900, é sobremaneira marcado por duas actividades principais: a participação na actividade eleitoral e nas eleições que decorrem no seio da Monarquia constitucional. É

fácil será compreender que um partido socialista cuja principal acção se centra nesta perspectiva, num país onde havia 95% de analfabetos nas classes trabalhadoras (e que não podiam por isso votar), estava condenado ao fracasso. Para além do mais, encontrava ainda no Partido Republicano um concorrente mais sério a esse nível, pois este soube veicular um projecto político de real correspondência nas classes médias.

Por outro lado, a política do PS contrasta-se sobretudo numa actividade formativa, uma e outra actividade que não punham em questão a exploração directa no local de trabalho, não organizando a nível do local de trabalho os assalariados.

Isto permitiu que a partir de 1887 os anarquistas (no fundamento a corrente anarco-comunista, pois o anarquismo individualista tipo birmano nunca teve influência em Portugal), de origem kropotkiniana, de Malatesta, Calero, etc., através da publicação «Revolução Social» fossem ganhando terreno nas fábricas, nos locais privilegiados da exploração, terreno esse que vai ficando cada vez mais do seu lado para, em 1909, significar o I Congresso Sindicalista e, praticamente, o fim do Partido

Socialista como força implantada no proletariado.

Precise-se, no entanto, que não é o anarco-comunismo que triunfa neste Congresso, mas sim o sindicalismo revolucionário, de influência francesa — Pouget, Carta de Amiens de 1906 —, que aparece como a alternativa revolucionária ao reformismo e ao parlamentarismo do PS, o qual deixa então por essa altura de ter importância como força operária.

Surge assim em 1909 a terceira fase do movimento operário — que vai desta data a 1919 —, ano em que se funda a Confederação Geral do Trabalho (CGT), se abandona o sindicalismo revolucionário e se passa a adoptar o anarco-sindicalismo.

Até 1919 o PS não tem importância maior, é convidado a participar num governo de União Sagrada de Afonso Costa (1916) — o que provoca nele grandes questões internas —, e só por volta de 1919 é que vê um dos seus membros chamado para o Ministério do Trabalho, em virtude duma viragem à esquerda da política republicana.

O Partido Socialista está contra o golpe de 28 de Maio de 1926 (nessa altura, aliás, só há cinco forças políticas que estão contra: o Partido Comunista, a Esquerda Democrática, de Domingos dos

Santos, a CGT, a Seara Nova e o PS; todos os outros partidos, o Republicano e o Democrático, apoiaram o golpe, o que confirma a tese de que não havia possibilidade dum regime de democracia burguesa, mostrando-se a própria necessidade dos partidos Republicano e Democrático favorecerem um regime autoritário que permitisse a estabilidade da sua organização de classe, naquele sentido), mas em 1927 são destruídas e postas fora de lei as organizações políticas proletárias e o PS continua até 1933, realizando ainda nessa data, em Coimbra, uma conferência legal.

A razão por que o regime saído do 28 de Maio não destrói de imediato também o Partido Socialista, quer parece-me que é óbvio: é porque o salazarismo sempre terá pensado, nos anos da sua consolidação, em servir-se eventualmente do PS como posto ideológico de ligação à classe operária, pois sabia-o reformista, fraco e sem implantação. Tal posto seria útil (visto ser pouco perigoso), no caso de a agitação social crescer. O facto, de resto, de os nacionalistas-sindicalistas de Rolão Preto serem postos fora de lei antes do PS abona neste sentido.

E, até 1933, é esta a história do Partido Socialista.

Encontrar uma alternativa revolucionária para o reformismo e legalismo

P. — Relativamente ao que de mais avançado o proletariado português manifestou na luta de classes dos princípios do século, através nomeadamente do sindicalismo revolucionário e do anarco-comunismo, houve na sua luta uma assinalável oposição à prática do Partido Socialista. Terá isso significado uma crítica prática do movimento real da classe ao conservadorismo das instituições políticas, incluindo nestas o PS, ou uma crítica predominantemente doutrinária, ideológica, marcada pelo apolitismo de feição anarquista?

C. DE OLIVEIRA — A actividade política em Portugal durante todo o século XIX, mas sobretudo à medida que se acentuou a decadência da própria monarquia e que se verifica após a I República, é a prática política institucionalizada mas sitamente desprestigiante. O caciquismo de chales eleitorais, o ar balcão e vazio de conteúdo de grande parte dos debates e questões no seio dos parlamentos constitucionais da monarquia, o facto do PS ter centrado parte da sua actividade no terreno eleitoral — aliás como tática fundamental da II Internacional a partir de 1893 —, o seu gradualismo e etapismo reformista como luta nos quadros da democracia (que, se poderia ver algum significado em países de grandes concentrações operárias e onde o analfabetismo não era imperante, não tinha em Portugal uma correspondência real), tudo isto provocou um vivo repúdio da classe.

O PS obteve das eleições um mínimo de 14 votos e um máximo de mil loto é bem elucidativo. Daí a necessidade experimentada por algumas organizações operárias, sobretudo algumas associações de classe que sempre tinham estado marcadas pelo anarco-comunismo, de encontrarem uma alternativa revolucionária ao reformismo e ao "legalismo" (e, sobretudo, à sua expressão prática, o impasse e o imobilismo) veiculados pelo PS.

Porque este defrontava-se com uma situação espantosa: como partido antimonárquico e revolucionário que utilizava uma tática parlamentar, tinha no Partido Republicano um concorrente que também era revolucionário, pois era antimonárquico, e também tinha no seu próprio ideário uma forte componente socialista. O PS estava assim esparilhado entre as condições objectivas em que decorria a luta de classes do Partido Republicano que respondia às classes médias, então em ascenso na sociedade portuguesa, e até à parte do proletariado. Daí que a alternativa revolucionária ao PS tenha surgido na procura de restituir à organização sindical, no local de trabalho, a tónica central. E a oposição à política parlamentar vem a manifestar-se nisso, nessa procura que visava restituir toda a capacidade de macrões e todo o dinamismo possível à população assalariada, na acção directa contra o patronato, no ataque frontal ao capital, sem recurso a intermediários, na greve geral, na acção exemplar, num certo preconceito ou consciência antipolíticos muito arraigados. Tudo isto são componentes que vão fazer parte da alternativa revolucionária em Portugal, numa altura em que surgem alternativas à tática da II Internacional. Repare-se que, de 1903 a 1909, surge a CGT em França, é a revolução polaca, onde participa Rosa Luxemburg, são os soviets e os bolchevistas na Rússia, é o ascenso do anarco-sindicalismo em Espanha, é um bocado, julgo eu, a influência de Sorel em França e de Labriola e outros em Itália, e julgo até que no próprio seio da II Internacional começam a surgir alternativas que vão tendo expressões diversas de país para país.

Julgo ser esta a explicação, que é a um tempo explicação da alternativa do sindicalismo revolucionário face ao Partido Socialista, a um tempo resposta à situação correspondente do impasse a que o clericalismo e o reformismo economicista da II Internacional começaram por conduzir.

Continua pág. 19

de ontem às interrogações de hoje

Entrevista com César Oliveira

P.S.: a memória do passado

P - Já indicou, logo de início, que o PS antigo nada tem a ver com o actual. Mas se isso é estritamente verdade a nível orgânico, deve apesar de tudo haver uma espécie de fio condutor que liga a A.S.P. ao passado, tanto mais que se integra numa certa tradição social-democrata, daquilo a que se chama, tão gostosamente, o «socialismo moderno». E a Acção Socialista Portuguesa, ao transformar-se em Partido Socialista em 1970, não terá deixado de fazer passar para o presente a sua memória do passado.

C. DE OLIVEIRA — Nos primeiros anos da década de 20, há uma coisa muito importante no Partido Republicano: é a coisa Domingos dos Santos, advogado do Porto, que vai constituir um agrupamento chamado Esquerda Democrática. Nos primeiros anos de regime republicano em Portugal, a E.D. é, como força de governo, a única alternativa de esquerda adentro das formações republicanas clássicas. Em 1925, José Domingos dos Santos é presidente do Ministério e a E.D. está no poder. E nesse mesmo ano que o ministro Ezequiel de Campos lança os fundamentos do que poderia constituir uma reforma agrária em Portugal. Neste mesmo ano, quando os latifundiários e os grandes industriais (o grande capital), tentam derrubar no Parlamento o governo de

Domingos dos Santos, a classe operária lisboeta, com o apoio, ao que parece, da CGT, do Partido Comunista, do Partido Socialista, da própria Seara Nova, organiza uma manifestação frente a S. Bento, obrigando os parlamentares a dar o seu apoio e a sustentar aquele governo. É que era uma política nitidamente socializante aquela preconizada pela E.D. e que, como força política no poder, tentou levar à prática. Parece-me óbvio que poderia ter sido esta uma via de alternativa ao triunfo do fascismo em Portugal, mas na realidade a burguesia também tem consciência de classe e conseguiu destruir a possibilidade dum governo de esquerda nos quadros da legalidade republicana — o que prefigurava, ao que me parece, uma política de Frente Popular. E deste modo, a burguesia republicana conseguiu deitar abaixo o governo de Domingos dos Santos e, passados meses, dava o golpe de 28 de Maio.

Julgo que grande parte do pensamento socialista e dos socialistas portugueses, nos 48 anos de fascismo, têm a ver com uma antiga filiação na Esquerda Democrática. Grande parte do pessoal da A. S. P. — julgo que ainda alguns membros da PS actual — pertenceu ou andou muito próximo da E.D. Mas é verdade que não têm nada a ver com o PS antigo. Quer dizer: há mais continuidade entre a E.D., depois Aliança Republicana Socialista, Acção Socialista Portuguesa, Partido Socialista, do que com o PS que acaba em 1933:

O fim do "espírito anti-fascista"

P. — Após o esmagamento das organizações proletárias realizado pelo regime corporativo, após o fim do PS, é praticamente apenas o Partido Comunista que não só se mantém como irá ter um papel predominante na resistência ao novo regime. Mas isso não irá processar-se sem contradições. Que fissuras e novas perspectivas surgem?

C. DE OLIVEIRA — Em 1945, por iniciativa de antigos militantes do PCP como José de Sousa, surge uma tentativa de organização política numa série de militantes que foram expulsos, a vários títulos, nos anos 43/45 (como Cansado Gonçalves), de militantes que no Tarrafal se desolidarizaram do PCP, sobretudo em virtude do pacto germano-soviético e da política estalinista em curso no aprofundar da II guerra mundial, tentativa essa que vai ser a da constituição dum partido socialista, sem êxito. Penso que esta tentativa se inscreve numa actividade de esquerda, marxista, mas cujas expressões nunca ficam muito claras e nunca se consolidam: creio que só teve alguma importância (pouca e efêmera) na zona de Lisboa. Em 47/48, creio que já nem sequer se fala deste PS.

Mas antes de me referir ao período posterior, queria ainda falar do que vem de trás.

A corrente maioritária, dominante, no seio do movimento operário organizado, foi de facto o anarco-sindicalismo e a COT até 1934. Neste ano, a 15 de Janeiro (isto será que se falar à parte, noutra altura), há a tentativa de greve geral revolucionária como protesto contra a fascistização dos sindicatos, e que se saldou pela maior repressão que até hoje o proletariado conheceu em Portugal. Basta dizer que são presos e julgados mais de três centenas de operários, que vão «lutar» as

cadeias de Peniche, Aljube, a fortaleza de S. João Batista em Angra do Heroísmo, e que depois são transferidos para o Tarrafal. (É curioso que à repressão que se abate sobre os anarco-sindicalistas e o PCP corresponde em 1935 a política de Frente Popular lançada por Dimitroff, salvo erro no 7.º Congresso da Internacional). - //

O Partido Comunista cresce em Portugal a partir de 1939, sob a influência da política de unidade frente à, na ausência já completa dos anarco-sindicalistas, do ponto de vista organizativo. A partir de 1935/36, e sobretudo a partir de 37, isto é, das últimas manifestações dos anarco-sindicalistas como a tentativa de assassinato de Salazar em Julho de 1937, o PCP é de facto a única força de esquerda existente no país, organizada, com uma prática política consequente, mas fundada, esta, no frentismo popular. Em 1943, salvo erro, surge o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista), e toda a política de esquerda em Portugal, a partir de 43, se baseia numa constante, com uma ou outra discrepância episódica: a unidade anti-fascista que se funda numa aliança de classes entre o proletariado, a pequena e média burguesia e todos os portugueses honrados (isto chega a ser duro), e que tem o seu ponto mais alto quer no próprio MUD, quer sobretudo nas eleições para a presidência da República de Delgado, em 58. Este, apoiado inicialmente apenas pelos socialistas (visto que o PCP daria o seu apoio a um outro candidato, Ariado Vicente), faz acontecer uma coisa espantosa neste período eleitoral: quem quer as massas na rua — isto é, a esquerda, o PCP — tinha um candidato que era incapaz de o fazer. Quem não queria as massas na rua, tinha um candidato que as pôs mesmo na rua. É esta contradição, que aqui talvez

caricaturize demasiado, diz bem da hesitação que no final da década de 50 se apoderou do movimento oposicionista português. As hipóteses existentes então centravam-se ou numa via insurreccional, de luta de massas, ou noutras vias a ensaiar, do tipo putích militar ou de tentativa de desagregação interna do regime. 1958 parece-me ser o encerrar de todo um período de luta sob a égide ainda do espírito democrático anti-fascista. Período esse que ao nível do proletariado tem a expressão adequada em 1962 (em todo o período 58/62, que é o período em que o PCP corrige aquilo que ficou conhecido por «desvio de direita»), e que vai saldar-se por essa luta extraordinária pela jornada de 8 horas do proletariado agrícola do Alentejo e do Ribatejo. 1962 é um ano chave em Portugal, com grandes lutas operárias, manifestações de rua, primeira grande crise estudantil com greves na universidade, e o saldo repressivo de vários mortos pela polícia e numerosas prisões. Penso mesmo que 62 é o episódio dum certo modo de fazer política em Portugal e fornece a criação de novas condições para a realizar. A expressão disso está, aliás, no facto de que, se até as tentativas organizativas no quadro da oposição, para além do PCP, se situavam ou muito em ligação com os republicanos históricos ou com os tradicionais democratas burgueses, a partir de 62 surge no nosso país tentativas e esforços novos de organização que já só estavam virados para o futuro, que nada tinham a ver com a democracia histórica portuguesa. Depois de 62 surge assim o M.A.R. (Mov. de Acção Revolucionária), que participa na FFLN, e que é a primeira tentativa portuguesa, em Portugal, para perspectivizar uma acção política socialista não social-democrata, fora dos quadros do PCP. Em 1964/65 surge a cisão no

PCP que vai dar origem ao Comité Marxista-Leninista Português e à FAP (Frente de Acção Popular), e em 1969, creio que sob o impulso de toda a geração de 62, tendo em conta a experiência do M.R., da FAP e da política geral da esquerda revolucionária no seio da Oposição, sob o impulso também de Maio 68 em França, surge pela primeira vez de modo público em Portugal uma fissura e uma rutura na Oposição tradicional. Pela primeira vez, em 1969, são claras duas posições no seio da Oposição: uma que considera a unidade anti-fascista como unidade tática fundamental para o derrube do regime salazarista-caetanista. Outra, que considerando tal unidade uma componente inegável, juntava a esta o complemento dum opção socialista que recusava a cópia de modelos e que existia como componente fundamental da própria unidade anti-fascista na luta em Portugal. Esta fissura, que tem lugar em Lisboa entre a CDE e a CEUD (que depois em 1973 e recuperada através dum repositio da velha unidade), redundou no desenvolvimento da esquerda revolucionária.

Nesses anos surgem os «Cadernos de Circunstância», publicados em Paris, os «Cadernos Necessários», vem a surgir mais tarde a revista «Polémica», Silva Marques publica a sua Carta Aberta ao Partido Comunista, há um período de prática teórica numa análise e propostas com base no marxismo, que fornece alguns resultados concretos e positivos, como por ex. a EDE (Esquerda Democrática Estudantil). Verifica-se a nível universitário, em particular, e político em geral, a procura de soluções revolucionárias que ultrapassam a democracia e a unidade anti-fascista e que são concretizadas quer em tentativas teóricas como as que cito, quer nalgumas tentativas de ordem mais prática.

“Ser trotskista hoje é um contra-senso”

P. — Não serão sobretudo as coordenadas políticas internacionais que aparecem determinantes nas mudanças de que fala? Parece ser apenas após 1969 que o próprio movimento social proletário surge a formular um certo número de críticas práticas e, com isso, a permitir uma formulação teórica nova.

C. DE OLIVEIRA — Concordo consigo, embora pense que uma dada fase do movimento oposicionista em Portugal se encerra de facto em 62. Em 62 é patente que a unidade/aliança de classes que era o apoio social da unidade anti-fascista desembocava sistematicamente em impasses. Por ex., em 49, estando o Estádio do Salgueiros, no Porto, cheio por uma multidão disposta a vir para a rua manifestar-se violentamente, vai um senhor, que é hoje presidente dum partido, ao microfone dizer que nada de violências, é preciso é demonstrar ao governo que somos pelo civismo e pela ordem. Ora bem, esta componente da Ordem Cívica, de Respeito pela Legalidade, que as pessoas tentavam forçar sempre nas nossas ruas, encerra-se efectivamente, ao nível da Oposição política legal, em 62. 62 mostra a impossibilidade de meter no mesmo saco média burguesia, pequena burguesia, proletariado, estudantes, intelectuais revolucionários, etc., num projecto comum que apenas era anti-fascista.

P. — Isso significará antes de mais um avanço social — não apenas político — do peso do proletariado nas relações de produção e na sociedade, que vinha aumentando desde os fins da década de 50?

C. DE OLIVEIRA — É isso, é porque efectivamente de 58 a 62, em parte consequência da movimentação política criada pelas eleições Delgado, surgem as primeiras grandes greves, obrigando, estas movimentações colectivas dos assalariados, o governo a tomar medidas. Durante muitos anos, por ex., nunca o funcionalismo público tinha sido aumentado. Em Janeiro de 59, Salazar anuncia um aumento. Surgem greves, concentrações. Se de 41 a 45 tinha havido greves, nos anos 50 houve um nítido abaixamento do movimento grevista e reivindicativo. Ora, em 58 recende-se esse movimento, que culmina com as greves de 62.

Falgo pois que o MAR e a FAP, embora diferentemente, têm muito a ver com o ascenso do movimento social do proletariado, que não encontrava saídas nas perspectivas oferecidas pelas forças oposicio-

nistas tradicionais. E evidente que no caso particular da FAP há muito a ver com o conflito sino-soviético. Mas o trabalho teórico de Francisco Martins Rodrigues fica em 64/65 como um dos marcos fundamentais no ascenso do movimento revolucionário de classe. E julho (até porque sou insuspeito de ligações comunistas) que fica com a correspondente natural entre o desenvolvimento das forças produtivas e o movimento de classe.

É óbvio que em 69 estamos já numa fase do capitalismo em Portugal diferente da de 62/63. Na realidade, a guerra colonial, os primeiros planos de fomento, a emigração e toda uma série de factores de transformação estrutural e conjuntural, aceleraram quer o predomínio das relações sociais capitalistas, quer a importância na população activa da classe operária fabril. E em 69 é na prática política posterior, já é a tentativa da esquerda revolucionária para fazer uma leitura da sociedade, fundada cientificamente, que surge nas perspectivas de alternativa à sociedade capitalista, bem como às propostas da Oposição tradicional.

P. — Justamente, quais são os elementos base dessa leitura e como é que vai exprimir-se socialmente?

C. DE OLIVEIRA — Quer-me parecer que o movimento revolucionário socialista em Portugal, a partir de 69, mede-se no fundamental por isso partindo duma análise das transformações operadas na sociedade portuguesa que conferiam às relações sociais capitalistas e ao predomínio crescente da classe operária e da população assalariada um peso quantitativo e qualitativamente muito superior ao da década anterior de 50, tentava-se a partir dessa leitura perspectivar uma acção revolucionária que tivesse uma correspondência natural nas modificações estruturais produzidas na sociedade. Se podemos dizer que o processo da revolução industrial entre nós acaba na última década dos anos 50 e nos primeiros de 60, em 1969 estamos já numa sociedade marcada por um capitalismo, subalterno e dependente, mas de qualquer modo numa sociedade com predomínio das relações sociais capitalistas modernas mais que evidentes e na qual o produto industrial é cerca de duas vezes mais o produto agrícola. Deixei de ser uma sociedade rural e agrícola, velho sonho salazarista destruído pelo desenvolvimento capitalista moderno, para passar a ser uma sociedade industrial — dum capitalismo industrial fraco, com uma burguesia sem capacidade, que fez

grande parte na acumulação de capital graças às matérias-primas coloniais, mas que, de qualquer modo, confere a esta sociedade uma especificidade que já não é aquela de 45. Basta dizer que entre 1900 e 1950 a classe operária cresce 1,2% e entre 1950 e 1970 cresce 18%...

Esta transformação estrutural vai estar na origem das perspectivas que a geração de 62, todo o movimento estudantil de 69, numa convergência, fazem avançar. De 1945, com o ministro Ferreira Dias a lançar o alarme sobre a situação portuguesa num célebre livro («Linha de rumo»), passando pelos primeiros planos de fomento, vem-se esboçando, no interior do próprio bloco social dominante, contradições que se saíam pela vitória do capitalismo industrial sobre os latifundiários agrários. De certo modo, a origem do 25 de Abril é exactamente esta: a ruptura no bloco social dominante, que agora se encontra dominado pelo capital industrial e financeiro e que não encontra de momento no poder político espaço para

assegurar e desenvolver o seu próprio domínio.

P. — Chegando aqui, convém perguntar: e hoje? Parece-me que se vive ainda num período que, apesar dos avanços a que se referiu, se mostra extremamente difícil, um período a que se poderá chamar ainda sobre-ideológico de pobreza política, e que será ele próprio um reflexo, invertido na inoperante exaltação proclamatória, da fraqueza do movimento social de classe.

C. DE OLIVEIRA — Do ponto de vista da revolução social e do socialismo, parece-me de facto que a maior parte das organizações políticas existentes representam uma inoperância real, e isso terá a ver com a debilidade do movimento real do proletariado.

Falando das forças que se situam a esquerda do PCP e do PS: os marxistas-leninistas (maoístas), salvo um ou outro documento, uma ou outra luta,

parece-me que nada têm adiantado na luta pelo socialismo em Portugal. O marxismo, o leninismo, são entendidos como um círculo fechado, uma capela, em que as posições políticas se tomam por referência a uma dada passagem ou citação, não se aplicando uma metodologia científica fundada na luta de classes real e nas suas correlações. O maoísmo de expansão portuguesa conduz assim ao deslaminamento teórico e organizativo face às necessidades da actual fase da luta de classes. Na realidade, é uma ideologia de justificação, sobremaneira balizada por querelas históricas, sendo a concorrência entre os grupos ao

nível de se saber quem é mais estalinista ou o justo defensor da linha justa traçada por Mao. O maoísmo funciona para os maoístas como uma bíblia evangélica. Neste sentido, são jovens velharias o que em geral proclamam. Do mesmo modo que é possível D. António Ferreira Gomes, Marcello Caetano, por outro lado, Nuno Teófilo Pereira, reclamarem-se de cristão-

nismo e do catolicismo, do mesmo modo é possível as várias organizações maóistas reclamarem-se do marxismo-leninismo. Aliás Karl Kautsky, antes de ser «renegado» (e foi ele o primeiro a falar de centralismo democrático) já dizia que o marxismo corria o risco de se transformar numa cória romana.

Quanto a ser trotskista hoje, parece-me que é um castigo. É, mais uma vez, um campo político pautado por uma querela histórica produzida nas sequelas da revolução russa, que funciona como sua referência ideológica e longínqua. O trotskismo, a meu ver, funciona como a imagem invertida do estalinismo. Saber quem teve ou não razão num dado momento histórico da revolução russa, qual era ou não a perspectiva correcta numa dada situação que a partir de 1924 se debate nesta revolução, pode ter alto interesse para a análise do capitalismo de Estado. Simplesmente, essa análise tem muito pouco a ver com o actual (e o futuro) momento político do capitalismo em Por-

tugal, com as forças de classe em presença, com a análise do MFA.

Um outro sector situa-se na cristalização do marxismo oficial, ligado aos compromissos internacionais derivados da Conferência de Yalta (criação das zonas de influência e fundamento último da coexistência pacífica), onde Churchill, Staline e Roosevelt traçaram os limites das esferas de influência das potências vencedoras da II guerra mundial. A análise da situação portuguesa, no âmbito deste marxismo oficial, está inescoravelmente ligada quer à política dos blocos, quer à defesa do capitalismo de Estado de fachada socialista.

Quanto a outro sector do pensamento marxista, que umas vezes fala em «socialismo em liberdade», outras em «socialismo de base» e outras em «inspiração marxista», não conseguindo subtrair-se à influência da II Internacional, talvez não esteja ainda suficientemente clarificado, mitigado como tem sido pela «necessidade política» da colaboração de classes.

Socialismo a médio prazo: uma realidade possível

P. — E o MES, de onde acaba de sair?

C. DE OLIVEIRA — O MES sempre foi para mim, do ponto de vista da construção da teoria revolucionária e da luta política, uma triplice possibilidade: 1.ª, realizar, na perspectiva duma análise concreta da sociedade portuguesa, a proposta duma teoria revolucionária expressora dum socialismo que, partindo das condicionantes desta sociedade, e recusando os modelos burocratizados ou messiânicos, fizesse avançar desde já, na teoria e na prática, as condições duma sociedade que harmonizasse democracia operária e poder revolucionário sobre a burguesia, auto-gestão e planificação socio-económica centralizada, criação cultural e teoria colectiva, total «contrôle-operário» sobre a produção e distribuição das riquezas, com institucionalização dinâmica ao nível do Estado revolucionário desse mesmo «contrôle operário».

2.ª, recolher, de todo o pensamento revolucionário e socialista e das experiências históricas, os ensinamentos necessários. Peseal-

mente, e creio que grande parte dos militantes do MES, recuso a apego estático às ideologias marxistas oficiais, à ideologização do marxismo. Este é um método de análise da globalidade da sociedade, que baseia na análise concreta das situações concretas o fundamental de si mesmo enquanto método, sendo assim que como «marxista» fazem parte da minha intervenção Marx e Engels, grande parte de Lênine (naquilo em que Lênine não é produto específico das limitações do contexto histórico russo), Rosa Luxemburg, Gramsci, Guevara, Pannekoek, Mao Tsé Tung (embora se a propósito a intransigência da sua não obediência às ordens de Staline para ficar no Kuensitang), e todas as experiências modernas no plano teórico e organizativo, do SDS alemão, do PSU, de Il Manifesto, etc. O que não significa que esteja de acordo a cem por cento com tudo isto, Quero e sublinhar que as contribuições decisivas para a revolução social não têm todas uma mesma face, provêm de vários quadrantes. Construir um novo partido

comunista, uma outra organização onde a verdade revolucionária tem sempre e só a mesma cara, com guardiães da pureza do género, isso não me interessa.

3.ª, como organização política, o MES poderia ter, e poderá ainda vir a ter (não sou defensor dos anátemas definitivos e ele conserva ainda muitas potencialidades), uma contribuição qualitativa fundamental no plano da perspectiva política, da articulação entre teoria, prática política, vanguarda e luta de massas, capaz de proporcionar a construção duma via original (todas as revoluções realizadas foram «vias originais») para a destruição do capitalismo em Portugal. Centralização da Direcção política, criatividade de base, debate político permanente, «contrôle interno e externo, ausência de motilimitismo, recusa da lítica centrada na sobrevivência política do aparelho, não são factores e aspectos incompatíveis numa organização política revolucionária. Creio que é indispensável uma organização política liberta de

apriorismos ideológicos, de tabus e lésiches, que contribua para a construção duma vanguarda revolucionária do proletariado entendida como produto da própria movimentação colectiva dos trabalhadores, como produto da sua consciência e autonomia de classe. Isto é, como vanguarda surgindo do interior do próprio movimento social concreto, onde se inserissem as contribuições e articulação dialéctica da actividade política de sectores não assalariados, como os estudantes e os intelectuais. Para isso, é indispensável recusar a preponderância da burocracia interna, a reprodução de certos aspectos dos aparelhos estalinistas como o anti-intelectualismo, o basismo obrerista, o moralismo como luta «política», recusar a confusão entre ataques a posições políticas com ataques pessoais, etc.

Para mim, o MES continua ainda a ter uma grande possibilidade de contribuir para avanços significativos. No entanto, há que recusar ser muieta ou ponto de apoio de quem quer que seja.

Na actual fase da luta pelo

socialismo em Portugal, é óbvio que uma linha política revolucionária não pode nem resvalar para objectivos que não caibam na actual correlação de forças, sem redundar em posições imobilistas de apoio ergo e surdo a soluções políticas que podem travar a conquista do poder pelo proletariado. O socialismo como objectivo político a médio prazo é uma realidade possível. Creio que para isso é necessário responder às aspirações que o proletariado exprime, ocupar posições irreversíveis no poder político e no aparelho de Estado, garantir um movimento de massas global.

Assim, e para terminar, parafraseando e adaptando o lema da I Internacional, o socialismo em Portugal será obra de todas as forças políticas, de todos os revolucionários que pretendam contribuir para que o proletariado seja o agente histórico insubstituível e o dono absoluto da sua própria emancipação.

Entrevista conduzida
por Júlio Henriques

Lourenço, Eduardo

O Movimento das Forças Armadas

Eduardo Lourenço

e as sereias

De Formilão, filósofo elegante
Vereia como Arbal encarnação...

— **Lusitadas** — Canto X

— Mas como pode o homem — a
sobretudo o homem de acção —
saber se deve ou não forçar os
acontecimentos? — J. de Sena —
Maquiavel e outros estudos

• O ANTIGO regime, filho de um golpe militar que cedo se desviou do seu inicial neutralismo ardeiro para se converter num dos pilares da nova ordem antidemocrática, soube cultivar com cuidados de sedineiro babulónico, a lisonja hiperbólica ao Exército redentor. Esta orgia de louvores foi durante dezenas de anos prazo obrigatório e sem excepção. Não houve oposição cívica, eleitoral ou militante que o regime defunto não exerciasse, cobrindo-se de alto a baixo com a referência tabu ao papel do Exército na restauração do Estado Novo. Manobra salutar e repelente, nunca a Oposição se soube realzar com tanto. Nem era daquelas que, de fora, se reatralizava, como se viu. Foi o laçoengado que acabou por se enjorar de tanto suspenso mel. Mundo aparte no seu da Nação, embosca sua emanação primitiva, o Exército, ajudado pela prática histórica africana, acabou por compreender o papel da lisonja cultivada em da auto-afirmação em que o fascismo o instalara para melhor o utilizar e substituir. A idolatria aberrante e ritual não o engrandecia, compromettia-o e isolava-o dos interesses globais do nosso Povo. Todos os seus valores de referência, sentido de interesse nacional, culto da generosidade activa e da lição pessoal, coragem física e moral, eram subtilmente desviados dos seus fins próprios para encanecimento de uma obra baseada em princípios opostos. Nunca houve entre nós uma tentativa mais bem lograda para cormper uma instituição através das suas próprias virtudes, do que aquela que o Estado Novo, com consistência digna de melhor fim e consciência de uma boa parte da hierarquia militar, filtrada por disposições maquiavélicas, soube levar a cabo, para mal da Nação e desespero dos seus cidadãos ávidos de liberdade.

Bastaram treze anos de aventura africana sem saída militar, para que deste pesadelo trágico desembocassem na, para muitos, inesperada divina surpresa do 25 de Abril. Ainda é cedo para se fazer a história séria do processo de consciencialização política no interior das Forças Armadas e da metamorfose espectacular a que conduziu e continua conduzindo. Mas não há dúvida para ninguém de que uma das motivações mais profundas do Movimento Militar se deve à parádica vontade de corresponder e tornar digno de crédito esse mesmo mito de exemplaridade e de responsabilização políticas, que embora sob roupagem hipocrita, era para o Estado Novo a peça mostra do Sistema. É um caso clássico de viragem do feição contra o feticheiro. Os jovens oficiais de um combate recusado, mais por injusto que por impossível, compreenderam no terreno o mecanismo e a extensão dos malefícios do culto de quem eram aparentes ausentes e resolveram extrair-lhe as consequências. O famigerado prestígio do Exército que uma guerra alibista e não ganha desmentiu noite e dia, exigiu uma correção completa das relações profundamente alteradas entre o elemento militar e a generalidade do Povo Português. Quase cinquenta anos de "paiz" à sombra das espadas féis ao regime haviam destruído o normal consenso que liga um povo às suas Forças Armadas. O 25 de Abril, foi, para honra colectiva e vergonha universal, a redescoberta de soldados perdidos por um Povo salvo que no 1.º de Maio lhe restituiu ao centopé o sentimento de unanimidade e unidade em comum reconstruídas. O Povo recuperava o seu Exército, o Exército recuperava o seu Povo. Este mútuo e eufórico reconhecimento espantoso e com razão os estranhos, pouco habituados a este papel libertador das Forças Armadas, sobretudo em países de incerta tradição democrática. Duso todos nós nos orgulhamos legitimamente, mas também, como é nossa tradição, com alguma ingenuidade.

As Forças Armadas não são uma instituição como qualquer outra no veio da Nação. Dizer-se-ia estaria irredundantemente certo se fosse esse o seu lugar próprio, o que nunca é inteiramente, salvo nos países onde as Forças Armadas se confundem com a simples milícia cívica, e que não é (falçada), o caso das nossas. A realidade, a natureza, a função das Forças Armadas, qualquer que seja o sistema político e social em que se inserem ou enquadram, consistem sempre problema, para elas próprias e para o conjunto dos cidadãos, e o melhor é sabê-lo, apreço-lo, pensá-lo, para que de problema natural que são, não se convertam, na ausência dele, decretada, imposta ou impensada. Ao sentimento de divórcio antes existente entre os cidadãos e as Forças Armadas (de cidadãos são formadas...) sucedeu um sentimento de confiança, de apoio mútuo e o desejo de colaboração fecunda e urgente na tarefa de estruturação de um Portugal mais fraternal, justo, democrático e igualitário do que aquele que conhecíamos. Tudo isto é excelente e, mesmo, entusiasmante. Com uma condição: que essas relações que se desejam flexíveis entre o Povo e as Forças Armadas não seja a Nação que se molda às Forças Armadas, por mais benévolo e aceitável que seja o seu projecto próprio, mas as Forças Armadas que traduzam e assumam como seu projecto a expressão clara da vontade do Nação de que fazem parte, livre e correctamente manifestada.

Não há hoje ninguém responsável que não saiba, como o escreve o jornal República, que na definição de princípio da figura e do papel das Forças Armadas reside a questão política portuguesa por excelência". Quer dizer, embora numa perspectiva formalmente diversa, ontem como hoje, as Forças Armadas continuam a ocupar o centro da vida política nacional. Pois que não pode ser de outro modo não há motivo para alarme, que mais não seja por elementar reconhecimento por aqueles que, de iniciativa própria, instauraram entre nós, as con-

dições mesmas de acesso à Democracia. Se hoje muita gente se interroga, tal interrogação dirige-se menos à pulso profunda e indesejada do M. F. A., como instância democratizante do que ao sentido e qualidade dos múltiplos apelos que do exterior desceriam inflectir o gesto instaurador da nossa vida democrática em associação total e plena de uma forma de Democracia, cujo perfil suscita (é o menos que se pode dizer) legítima e funda apreensão e discussão à generalidade do País. Para obter esse fim é o M. F. A. objecto permanente de lições vertiginosas destinadas a convencê-lo de que a verdade política que lhe é própria, e que vai definindo através da sua prática, coincide em absoluto, uma vez mais, com a da Nação inteira. Que força de alma e lucidez de espírito não serão necessárias aos homens do M. F. A. para resistir ao canto das sereias que noite e dia emsam a litania militar por não poder entrar a plenos pulmões a única que lhes interessa e exalta sem medida? Desde há meses jovens Ulisses as sugestões democráticas mais impuras e tão-lhe oferecidas em bandeja do melhor ouro popular os presentes mais envenenados: convênio do M. F. A. em **partido**; auto-assimilação sugerida do M. D. P. ao M. F. A.; ofertas de quinhões imperiais na futura Assembleia Constituinte, esvalçada assim de todo e qualquer sentido democrático antes de existir; assimilação do M. F. A. a um **Senado** etc. Em suma estamos em presença de uma cruzada de largo alçgo da parte de vários reia magos, com menos condão democrático efectivo do que esperavam — e a que é legítimo que aspirem — do Homem Armado providencial.

• A existência mesma do fenómeno, a audácia dos seus actores, a amplitude crescente da sinfonia coral, bastam não só para que todos estejam convencidos de que se trata de uma opção séria acerca de um ponto decisivo para o futuro da Democracia em Portugal, como de uma que tem na perplexidade política do próprio M. F. A. se não toda, ao menos parte da sua razão de ser. Mocho supremo para que por nomea vez, embora sob outro lagulo, o tornemos a sério. Se se deixam de lado essas campanhas de lições frentistas, que por primárias só podem ter efeitos contraproducentes, é um facto que a natureza, o grau e os limites da politização normal, fatal e inevitável do M. F. A. (não é possível que as Forças Armadas possam voltar ao **neutralismo fictício** de que até ao 25 de Abril faziam gala ou ourem por elas) constituem um dado objectivo da situação portuguesa, ou antes, do estado, em volta do qual todos os outros giram. Numa hipótese de gabinete que a realidade relegue para o já repetido calote do lado da história, poder-se-ia imaginar que uma vez restaurada a liberdade cívica as Forças Armadas tivessem reintegrado os quartéis reassumindo o papel clássico de veladoras da segurança nacional e fiel da paz pública, democraticamente vivida. Em suma, e segundo o velho aforisma romano, que "a arma ordena o passo e a toga" simplesmente, fora a toga emmanicent que nos conduzia ao abismo e contra a **toga**, os jovens centurões, que eram mais do que isso, se haviam revoltado. Apesar de tudo, é impossível que testemunhava ainda insidiosa, inoperante e respeito pelo formulário político habitual, o M. F. A. intransigente e contentu

juno de si numerosa "toga". Para mal dos nossos pecados políticos, os seus representantes ou se mostraram pouco seguros dos seus direitos ou recorreram jogos de circo que a militares, perdas e danos, só podiam parecer perda de tempo, irresponsabilidade e gratuidade. Ao mesmo tempo, na prática, os militares que ascendiam às esferas dos negócios públicos iam-se apercebendo que a profissionalidade "política" não constituía, só por si, uma superioridade evidente sobre as suas próprias capacidades. Homens de acção que raro o são senão de actos ritualizados, homens de reflexão prática ou teórica que baste à sua prática, o contacto com a **poder efectivo** e transformante, o sentimento de poder, enfim, empregar uma energia gasta até aí em empresas sem glória nem proveito, acabaram por consciencializá-los como **dinamizadores políticos** de um povo com hábitos de passividade legendaria. E este um fenómeno novo nos annos políticos, e independentemente do conteúdo ideológico das opções particulares dos membros responsáveis do M. F. A., um fenómeno **revolucionário**. De "revolucionários" não se pode esperar outra coisa que Revolução. Mas justamente, é a clara definição dela o que está em jogo. O espectro do Chile é hoje um espantalho que não tem, entre nós, já razão de ser. Mas outros espectros fascinam ou inquietam a consciência política nacional e é em relação a eles que a escolha urgente terá de ser feita. Por quem, em a **questão**.

- Nascido de um intenso reflexo de desculpabilização, o M. F. A. em breve ultrapassou a sua fase "infantil" para se instalar com uma energia bem militar no papel, deixado em aberto pela carência do poder civil, de *única fonte de poder e de resolução política* reais, exemplar e incontestado. A actividade política não imbricada, directa ou indirectamente no projecto do M. F. A. só deste último recebe impulso ou assentimento (ou não). Em resumo, grande é a tentação de se desmaterializar de considerações formais, as que condicionam imperativamente o processo democrático vigente nas democracias do Ocidente, para assumir, com plena consciência disso e os seus interesses, a realidade do projecto e da dialéctica políticas, com dispensa de etapas intermédias. É um modelo revolucionário que funciona algures, em povos com passado e tradições diversos do nosso, mas com alguma analogia no campo económico. Com fundamento, ou não, parece ser uma opção que impressiona favoravelmente certos meios influentes do M. F. A. A hipocrisia em si mesma nada tem de repugnante, nem é fatalmente sintoma de opção não-democrática. Todavia, sabe-se, não só que o povo português obtinha uma *garantia inquestionável* da "democraticidade" intrínseca do fim a alcançar e dos meios para a levar a cabo, como uma manipulação delicada de toda a textura política da Nação de difícil compromisso e dividido furo. Ainda não está provado que os portugueses não possam levar a cabo a sua revolução, sem sacrificar a preciosa aquisição de liberdades que só lhe foram para os que as querem destruir e que uma vez perdidas ninguém sabe como restaurar, a começar por alguns que as assassinaram. É claro que não é difícil para o M. F. A. instalar um regime popular a nível teórico e para isso lhe acenam movimentos ou partidos que os quais uma perspectiva democrática como a que satisfaz nações como a Inglaterra, a França ou a Suécia parece supérflua ou odiosa. Essa tentação, até na estrutural e burlesca banalidade lusitana encontra um eco certo: *dos mais escusos, por milagre dialéctico, convertidos nos mais livres, quem não sobreviverá à tão selvática vingança de humilhações e ofensas?* Hoje, o mais fácil é ceder a essa tentação e embarcar outra vez de olhos em alho para Indias imaginárias. Dado o prestígio dos seus dirigentes, o seu insigne dinamismo, a sua sin-

tonização com imperativos inalienáveis da realidade portuguesa, ninguém tem dúvidas que a atracção plena de uma ditadura militar de novo tipo, seria provavelmente popular, no sentido óbvio do termo. Mas como reza um provérbio indico: a dificuldade não está em subir para cima do tigre, está em descer.

Em matéria democrática, Portugal só teve experiências frustradas ou frustrantes. Não é razão para crer que sejamos, por realiação divina, inaptos para a Democracia que nunca tivemos ou temos mais. Sem sacrificar ao "normalismo de jogos públicos, que para um povo pobre e afligido de acalamos diversos seria um crime, o M. F. A. pode caucionar uma experiência democrática séria, talvez de cinquenta anos sinistros que seria mais sinistro ainda ver deficit em fumo. Com esse intuito "slogan" da *rousa inapidão se imprepreção para a democracia* — sempre alcançável de formal pelos que até hoje foram incapazes de instaurar uma real — fomos mantidos no infantilismo político mais abjecto, na passividade histórica mais aberrante. Que "bónus" para o salazarismo defunto assaie agora à ressurreição dos mesmos temas uniaxente pelo pavor de que se abram diante de nós os portões de uma Democracia digna desse nome. Não passa pela cabeça de ninguém que os libertadores do 25 de Abril nos tenham subterido a esta passividade infamante, para assumir por conta própria uma domesticidade voluntarista da Nação insira, mesmo sob o bom propósito de curar de vez mazelas centurias que, já sabemos de sobra, assim se não curam. Já seria trágico que procedendo assim aniquilassem a mais bela oferta que militares podem fazer ao povo a que pertencem. Mas o jogo tem outro alcance. Nesta busca do óptimo impraticável, o mais prodígio seria que revertissemos para a aventura clássica à sombra de espadas que mesmo progressistas não encontrariam só nelas a vocação pouco comum de se negarem.

- A interrogação política que hoje se centra sobre o M. F. A. ou nele mesmo (em lugar, é no mesmo tempo capital) e melancólica. Mesmo no interior do M. F. A. como na esquerda portuguesa digna desse nome há ao presente-se uma aspiração comum, profundamente ressentida, para um tipo de solução política, económica e social socialista num sentido geral mas também, preciso, do termo. Qualquer que seja o papel — ou não-papel — que a longo ou médio prazo se atribua ao sector privado na nossa paisagem económica, um acordo de princípios reina e é comum a esta perspectiva socialista: o da subordinação concreta das actividades desse sector ao interesse geral do povo português, subordinação crescente até à supressão futura dos termos da autonomia se tal for a exigência desse interesse geral. At divergências, e as preocupações que estão causando são, pois, sobretudo, de ordem estratégica e de meio. Não é a primeira vez na história que a queda dos meios se sobrepõe à dos próprios princípios. É natural que assim seja: talvez seja mais fácil o acordo acerca desta opção a favor de um socialismo final que acerca dos meios e do prazo para agir concertada e irrevogavelmente para essa meta. Supor que estamos já neste momento divididos por causa do *costado histórico* desse Socialismo almejado, é uma pura ficção. Esse "socialismo" será um resultado, o termo de um longo e doloroso processo de transformações de toda a ordem e nada permite, nem por analogias discurríveis, supor-lhe a forma que para nós terá (ou não). A questão de princípios é, pois, a questão de meios e de tempo. E aqui sim, a divergência, a diferente aposta tão normal e compreensíveis, fruto da análise dos obstáculos e das forças em presença, fruto igualmente da reflexão sobre as diversas realidades históricas já conhecidas, ou em curso, de passagem à via socialista ou pré-socialista. Uma

das aberrações mais espectaculares da hora presente reside no contraste entre as exigências verbais na esfera ideológica de todos os quase todos os actores políticos da cena portuguesa e a modicidade e moderação das exigências efectivas no plano político ou económico. A demagogia mais desenfreada é a regra do jogo e é nela e a partir dela que se suscita ou concede apoio ao M. F. A. O estímulo e a simulação dessa atitude vai até ao ponto, verdadeiramente suicida, por parte de partidos democráticos, de transgredir em favor do M. F. A. o princípio basilar de toda e qualquer Democracia: o da supremacia do poder civil sobre o militar. Não é uma questão "formal", não se põe em boa verdade, em política, como se neste, não há questões formais. É pura e simplesmente a questão em torno da qual se joga o futuro da Democracia em Portugal, ou antes, a sua pura e simples existência. Dir-se-á que uma coisa são princípios, outra as circunstâncias. Miserrível desculpa para não enfrentar o desafio que as questões decisivas põem à consciência dos homens. O princípio da subordinação do poder militar ao poder civil não pode ser postergado sem subversão e anulação da ordem política, qualquer que seja o estatuto revolucionário desta última. A não ser que se volte ao reino da pura violência que é o do arbítrio puro. Por vagos ecos desta ordem foi o glorioso Marechal Jakes passado à reserva pelo Comité Central do Partido Comunista Soviético e Liu-Piao teve, ao que consta, fim não menos edificante. A vitória do 25 de Abril não foi a do poder militar sobre o civil, mas a de um contrapoder militar apoiado numa potencial legitimidade civil sobre um poder civil ilegítimo pelo apoio abusivo do único ou quase exclusivo poder militar. Se não se fizer um acordo sobre este ponto crucial, tanto da parte dos partidos como dos actores militares da Revolução, o nosso horizonte político ficará envenenado na origem e nenhuma esperança realmente democrática será possível. O simples tema da aliança Povo-Forças Armadas não basta como fonte de legitimidade, e menos basta ainda a constatação do sucesso do golpe militar. Fazer o contrário, é pura sacralização da força e, na melhor das hipóteses, voluntarismo sem princípios, pseudodemocrático. O que é natural é aceitar, como nas teorias clássicas da ditadura, uma provizória hegemonia política do poder militar sobre o civil, ou antes, a atenuação pelo primeiro das prerrogativas do segundo. Tal é a perspectiva de: legítima defesa contra o antigo poder civil antidemocrático com pretensões restauradoras. É, ou foi, certamente o nosso caso, mas esta situação de necessidade e de ex-

cepção não pode converter-se em norma sem perigo de morte para a Democracia. Teorias diferentes, naturalmente, culturais e éticas e a lição diante do poder militar esquivo tal, incita-lo a metamorfosear-se em poder político de direito só pode significar, como o escreve com todas as letras a Nouvelle Critique, no mínimo que vos consagra, desconfiança para e simples na capacidade democrática das massas populares. Nos dizermos, mais universalmente, na Nação inteira, M. F. A. incluiu, naturalmente.

Com efeito, o actual processo mitificante das Forças Armadas e, sobretudo, o sistema de adulação de que são objecto, tipõem na sua raíz mesma um desvio democrático basilar. O autêntico e efectivo processo democrático em curso envolve simultânea e indissociavelmente as Forças Armadas e a massa democrática da Nação de que elas mesmas fazem parte. É nesta simbiose e em permanente diálogo, como o sublinhou o Primeiro Ministro, que umas e outras se reconhecem. As Forças Armadas não são separáveis nem há que separá-las do conjunto dos cidadãos por um privilégio político que não tenha a sua origem e expressão na vontade política do País democraticamente manifestada. Militares e civis encontram-se, no singular momento que atravessamos, envolvidos num único processo, autodemocratização e auto-educação. É mas que compreensível e digna de aplausos a actual campanha "cultural" levada a efeito pelas Forças Armadas, mas seria absurdo e mal-são criar no país o mito de um intervencionismo militar em detrimento da participação normal e urgente dos cidadãos qualificados para tarefas que não são, em realidade, as das Forças Armadas. Seria um pendor inquietante e, a breve trecho, a "militarização" da vida cívica, o que não interessa a ninguém e principalmente, aos militares. Não foi seu propósito desbaratar-se da missão imposta-lhe de solucionar um dos problemas do País, para agora os assumir, solitariamente, todos. Foi para que a Nação assumisse a plenitude das suas responsabilidades históricas e políticas que o Movimento das Forças Armadas eclosionou. Parecerá pouco aos que nem com todo se contentam. Mas é assim, com fiadores e garantia do processo de democratização leal e aberto de que as futuras eleições livres serão a condição mínima aos olhos do povo português e do mundo inteiro, que as Forças Armadas confirmarão o reconhecimento e o respeito que todos lhes devemos e elas a si mesmas se devem por ter, numa manhã gloriosa, posto um ponto que se deveria final, à existência e à ideia mesma de Ditadura.

Saraiva, José António

Convite (urgente) à análise sobre a actual situação

José António Saraiva

A CARTA que a seguir se apresenta, à consideração do Movimento das Forças Armadas, do Governo Provisório, dos Partidos Políticos e dos Portugueses em geral, não é a proposta dum modelo teórico para um país inventado: é um convite, urgente, à reflexão sobre a actual situação do país e uma proposta, concreta, de a um — e mesmo — tempo pensar e construir o país que somos. Na convicção de que "pensamento" e "acção" não são momentos diferentes num processo — mas antes constituem partes indissociáveis dum mesmo momento. Não existe acção sem pensamento, como não existe pensamento sem acção; não nos deixemos cair no letargo, em Portugal, hoje, de pensar que é preciso ter o modelo pronto antes de o pôr em prática. Para começar basta uma ideia. Que na acção se pensa, se adapta e se corrige. E esta, a ideia, a ideia-mestra, a ideia verdadeiramente importante, já existe: na cabeça de muita gente, mais clara, mais difusa. O 25 de Abril, o que permitiu, foi que seja possível levá-la para diante. Decididamente.

A carta que a seguir se apresenta é simultaneamente um grito de alarme e um grito de esperança: alarme pela verificação de que o país pode ver-se metido a curto prazo num beco; esperança pela convicção, profunda, de que é tempo para retificar processos e encontrar saídas. Portugal encontra-se nam dos momentos potencialmente mais ricos da sua História: é preciso, é urgente, é vital, que não deixemos fugir a ocasião por entre os dedos.

• Portugal é um país pobre. Mais do que isso: Portugal é um país empobrecido sobre a pobreza — por um governo louco.

A partir da queda do fascismo na Europa, em Maio de 1945, o Estado "Novo" tinha como ob-

jectivo único **resistir**. Resistir à sua queda "de facto" — resistir para além da queda. Sem saída visível, agindo como um rato encurralado, o fascismo, em Portugal, só tem uma alternativa: fechar-se mais e mais sobre si próprio. Fechar-se ao país e fechar-se ao mundo — fechar-se à História.

Tornou-se um **quisto**. Um quisto cuja pele dura era uma burocracia velha, velha e corrupta — um tecido de células mortas — atrás da qual o Estado escondia a sua impotência e a quem o Estado escondia a venalidade e a velhice. País bem: foi este aparelho, foi este "Estado", pobre, que o M. F. A. e Abril passaram, este Estado — e um país pobre.

Um país empobrecido por uma guerra colonial sem objectivos que durou 13 anos, que traumatizou milhões de nós e levou alguns, que obrigou a vender o país ao estrangeiro como quem vende queijo a peso, que: um país empobrecido por uma ditadura de 48 anos que silenciou a imaginação e o pensamento, que castrou a vontade dos portugueses na construção de Portugal; um país pobre, empobrecido.

O 25 de Abril. E passados que são 8 meses sobre este dia 25, o país interroga-se sobre o que se avançou no plano interno — e conclui que não foi muito. Que não foi tanto, pelo menos, quanto seria legítimo pensar naquele dia 25.

Passados que são oito meses sobre o 25 de Abril, começa a ser legítimo pensar, pelo menos, que não existe, no plano interno, um objectivo tão ambicioso e tão claro quanto o era, no plano externo, a descolonização. E esse objectivo tem que ser definido. Quanto antes.

Porque hoje se continua, como antes da revolução, a pôr as cadeiras dos cães ao longo de discussões inúteis; porque hoje se continua, como antes, a gastar as peóras dos passões em direcção a

parte nenhuma. E assim cresce, naturalmente, o boato — e com o boato a confusão. E a descrença. Mas atenção: o boato não nasce por acaso. O boato nasce, e floresce, onde o terreno é propício. Quando as pessoas começam a pensar que alguma coisa lhes é escondida.

Avança-se devagar.

Sente-se uma quase geral indecisão.

Diz-se — e que os problemas são muitos — mas exactamente por serem muitos é que há que estabelecer, inequivocamente, prioridades. Estabelecer e dizer quais são. Ora pergunta: sabe o país, neste momento as prioridades atribuídas pelo seu governo no sentido duma verdadeira "re construção nacional"? Sabe cada português, neste momento, aquilo que significam as energias que quotidianamente despende no processo de construção dum país realmente "novo"? Certo que não. E este não, nesta altura ainda, é preocupante.

• Morre uma "ordem velha" — mas não se entre vê, por ora, o nascimento duma "ordem nova". A ordem velha afunda-se, lentamente — se antes de se afundar completamente não nascer em seu lugar uma ordem nova, o país afundar-se-á com a velha, inescoravelmente.

Por enquanto o barco apenas se afunda. Constróem-se castelos na lua. Espera-se pelas eleições — como quem espera por D. Sebastião. E eu pergunto: será que alguém que se dispunha a pensar poderá concluir que as eleições resolverão alguma coisa? E antes ainda: será que alguém, honestamente, poderá acreditar que 50% — ao menos 50% — das pessoas que irão votar rotarão na clara consciência daquilo que o seu voto representa para o futuro do país e para o seu próprio futuro?

Com um eleitorado em que cerca

de 30% (pelo menos 30%) dos eleitores são analfabetos, com um eleitorado em que cerca de 20% dos eleitores vivem em zonas rurais — ou seja, vivem longe dos grandes circuitos da informação, dos comícios partidários ou das sessões de esclarecimento, das discussões ou da acção política —, será possível a alguém afirmar que o resultado das eleições representará a expressão da vontade livre dos portugueses?

Com uma imprensa onde persistem formas camufladas de censura, com campanhas partidárias onde muitas vezes se prefere o slogan ou a palavra de ordem, o "encarceramento", ao esclarecimento austero, com uma estrutura social que é a estrutura praticamente intacta herdada do "velho regime", com a subserviência e um terror mudo a dominarem ainda — em largas regiões do território nacional, poderá alguém jurar que cada eleitor irá votar em liberdade e em verdade? Poderá alguém afirmar a autenticidade das próximas eleições? Poderá o partido que conquistar a maioria pensar que tem um mandato do povo português?

Mas passando por cima da autenticidade das eleições de Marco, pergunto: o que é as eleições virão afinal resolver?

Sendo quase certo que nenhum partido irá conquistar a maioria absoluta, as eleições far-se-ão de modo tido continuará como agora: a mesma indecção, a mesma dificuldade de avançar, a mesma incapacidade de caminhar para diante no sentido dum projecto verdadeiramente mobilizador de todos os portugueses. Ora o que o país precisa, agora, é disso mesmo: duma mobilização geral em torno dum projecto nacional, preciso nos objectivos e claramente enunciado nas medidas a adoptar.

Um modelo parlamentar, um "modelo europeu", estará à escaída da actual situação do país? Em que é que um modelo deste

tipo se poderá traduzir na sua aplicação à actual sociedade portuguesa? A resposta parece-me clara: traduzir-se-á, naturalmente, em fragilidade e incapacidade governativas, em necessidade, em crises frequentes de poder. Ora estará a nessa fragilíssima economia em condições de suportar a indecção e a instabilidade ao nível do executivo?

Sobre a instabilidade do poder, recordem-se, apenas, as duas crises governativas em 8 meses de governo democrático: Palma Carrión, primeiro, a 28 de Setembro, depois. Recorde-se, ainda, a história da I República, em que o Partido Republicano — conhecido por Partido Democrático —, apesar de sempre em maioria relativa, não conseguiu nunca encontrar condições para governar o país. As crises sucediam-se a um ritmo alarmante. A Assembleia, através de alianças partidárias conjunturais, boicotava sistematicamente qualquer projecto de reforma. Esta situação teve por fim, como se sabe, o golpe fascista do 28 de Maio. Sem lista. Sem tanger. O poder caiu por si — de poder.

Pense-se depois na Itália. Que apesar de dispor de um potencial industrial e humano bem maior que o nosso, apesar de ter sentido na carne a miséria da guerra, está a cair de crise em crise e já esteve bem mais longe dum golpe neofascista.

• É preciso que se enfrente corajosamente a verdade — e enfrentar a verdade é pelo menos aceitar que a actual forma de organização do poder executivo talvez não seja a que melhor satisfaça as necessidades actuais do país.

Do Estado Velho herdou o M. F. A. e Portugal uma burocracia inquinada de alto a baixo. Um charco de águas puradas. Que levará muito tempo a "sanear". A primeira conclusão será portanto: para poder tornar-se operativo e

fazer face às exigências imediatas, o poder central terá que encontrar formas directas de intervenção, terá que encontrar maneiras de saltar por cima dos organismos burocráticos do Estado e intervir directamente junto das populações. Isso supõe a criação dum "corpo de emergência", não vicário, em contacto simultaneamente com os problemas "in loco" e com o poder central — mas supõe, também, o próprio reajustamento do poder central.

O país precisa de um governo decidido e actante. Que não se envolva em discussões intermináveis mas avance decididamente para a acção. Que dê à acção um sentido — claro nas suas linhas mestras. Ora quem neste momento está em condições para o fazer é o próprio M. F. A. — que tem a "legitimidade", "retrovocatória" e a "confiança" dos partidos da coligação. E não só. É o momento do M. F. A. agarrar na revolução e levá-la para a frente. O momento de se reajustar o aparelho governativo e encaminhá-lo para um modelo em que o M. F. A. tenha, por inteiro, o poder de decisão, ficando os partidos políticos a constituir uma espécie de "conselho consultivo" — sem funções deliberativas.

É evidente que uma acção deste tipo não poderá ser levada para diante contra os partidos — mas com os partidos. Seria necessário, portanto, que os partidos políticos da coligação fizessem, de imediato, um voto de confiança no M. F. A., que por sua vez elaboraria um programa de emergência — programa esse que seria depois aprovado pelos partidos "na generalidade" e que o M. F. A. poria imediatamente em execução.

No sentido da elaboração dum programa, qualquer que seja, é preciso antes de tudo ouvir, sem complexos e sem vergueios, a situação actual de subdesenvolvimento do país e aceitar

respeito, de base, o país real: aceitar partir da cota 0.

Elaborar um levantamento rigoroso dos nossos recursos e estabelecer um programa de acções prioritárias com vista ao aproveitamento máximo desses recursos. Como se entende, por exemplo, que se peçam empréstimos ao estrangeiro — que se materializem, sempre, em concessões no plano político — sem antes se explorar o primeiro capital que temos: a terra?

Como se entende que se peçam empréstimos "à fora" quando "à dentro" entregamos a meia dúzia de famílias plenos poderes sobre a terra que é território nacional — que é património de todos?

Como se entende que se peça dinheiro ao estrangeiro quando se dão a meia dúzia plenos poderes sobre as poupanças dos portugueses — sobre o dinheiro ganho pelos portugueses à custa do seu trabalho e por eles depositado nos bancos?

Há que agir — já.

Há certo tipo de acções que podem fazer-se — a partir de amanhã.

E já, podem transformar-se as campanhas de dinamização cultural que o Exército tem levado a efeito, em verdadeiras campanhas de mobilização nacional. A título meramente exemplificativo, eu diria que poderiam ser imediatamente desencadeadas acções no sentido de promover, nas regiões do país onde predomina o minifúndio, a formação de associações de pequenos e médios agricultores, animadas por equipas mistas permanentes de militares e técnicos, com vista à libertação criadora das energias das populações locais no caminho para uma nacionalização da ocupação do solo e dos processos de produção.

O que se diz para o minifúndio pode dizer-se para a pequena e média indústria ou para o pequeno comércio. E se o latifúndio ou a grande indústria põem problemas

diferentes, a verdade é que talvez não seja difícil imaginar, para aqueles que estão a ser explorados em regimes deficitários, formas adequadas e imediatas de participação do Estado que poderiam ir até ao arrendamento.

O que o Estado não pode, entende-se, é andar como até aqui a reboque dos problemas — como uma boa fada do capital, pondo a mão salvadora debaixo dos negócios à beira da falência. E preciso ir mais fundo. Nacionalizando quando for preciso nacionalizar. Mas pensando, sobretudo, que é preferível "partir de baixo, dinamizar as bases, a actuar insensivelmente a partir de cima.

A nacionalização, só por si, não resolve duma vez os problemas todos — não resolverá mesmo os mais profundos. As contradições de raiz da sociedade capitalista não são resolvidas através da transformação simples do capitalismo liberal num capitalismo de Estado — que tende a criar, e consolidar, uma forte burocracia de Estado; que é sempre uma força de inércia e uma força desmobilizadora.

Em Portugal hoje, não pode pensar-se apenas em termos de nacionalização — não pode, não deve, pensar-se em termos de soluções mágicas conseguidas "por decreto" ou em termos de pronto-a-vestir. Devemos recusar os fatos feitos. Os modelos acabados. Porque a verdade é que poucos países terão tido a oportunidade que agora se oferece ao nosso: de construir o país. E a construção do país não é trabalho apenas para alguns — mas para todos.

Construir o país a partir de baixo. Apoiado, animando e favorecendo a iniciativa das populações — não a generalizando com soluções "de cima". Dimensionando o Estado para as necessidades da acção imediata, rompendo com a burocracia, eliminando intermediários entre a decisão e acção. Planeando duma maneira realista e imediatamente

possível: planeando em função das potencialidades actuais das diferentes regiões, da sua cultura própria, das suas formas tradicionais de associação e relação com a Natureza.

A revolução não é um mito — nem um pagão: é uma realidade, para hoje. Sem serem sequer precisos tipos. Basta que nela acreditemos. Simplemente.

Basta que se acredite na capacidade criativa do camponês e do operário e se criem os meios para que ela se manifeste. Porque o operário, ou o camponês analfabeto, poderão não estar preparados para uma "votação democrática", poderão não estar preparados para a escolha de um modelo teórico e abstracto de governação do seu país, mas estão preparados concretos para entender outras coisas, coisas que se prendam com a sua actividade quotidiana, com o seu trabalho, que lhes digam imediatamente respeito, que se liguem à sua relação com a máquina ou com a terra.

Portugal está num dos momentos potencialmente mais ricos da sua História: é vital que não deixemos fugir este momento. Que acreditemos, firmemente, que em Portugal vai surgir uma coisa nova. Para tanto, basta uma ideia — e depois buscar para ela, não o apoio incorregido e inútil dos burocratas, não as retinas de papel carregadas de frases locas, mas o apoio verdadeiro e criador do povo de Portugal.

Social-democracia?

Capitalismo de Estado?

O velho mito da velha Europa? É triste que nos resignemos a ser eternamente o parente pobre da Europa rica. Portugueses: Portugal é a ponta avançada do Terceiro Mundo na Europa. É a lança do Mundo Novo ao coração da Europa Velha.